



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA**

**TERRITÓRIO USADO E DESIGUALDADE SOCIAL NA ILHA DE MARAJÓ,
PARÁ: O “ESTADO” DA SAÚDE, DA EDUCAÇÃO E DO EMPREGO.**

TARYK ROBERT DE ARAÚJO MACIEL

Brasília

2020



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

**TERRITÓRIO USADO E DESIGUALDADE SOCIAL NA ILHA DE MARAJÓ,
PARÁ: O “ESTADO” DA SAÚDE, DA EDUCAÇÃO E DO EMPREGO.**

TARYK ROBERT DE ARAÚJO MACIEL

Monografia apresentada ao Departamento de Geografia do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília como requisito parcial para a obtenção dos títulos de Bacharel e Licenciado em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Everaldo Batista da Costa

Brasília

2020



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

**TERRITÓRIO USADO E DESIGUALDADE SOCIAL NA ILHA DE MARAJÓ,
PARÁ: O “ESTADO” DA SAÚDE, DA EDUCAÇÃO E DO EMPREGO.**

TARYK ROBERT DE ARAÚJO MACIEL

Monografia apresentada ao Departamento de Geografia do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília como requisito parcial para a obtenção dos títulos de Bacharel e Licenciado em Geografia.

Brasília, 11 de Dezembro de 2020.

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof. Dr. Everaldo Batista da Costa (UnB)

Prof. Dra. Maria Adélia Aparecida de Souza (USP)

Prof. Dr. Fernando Luiz Araújo Sobrinho (UnB)

Prof. Dr. Daniel Abreu de Azevedo (UnB)

À professora Enaile do Espírito Santo Iadanza,
e ao professor Manoel Pereira de Andrade, em
reconhecimento à aguerrida luta pelos povos
da floresta amazônica.

AGRADECIMENTOS

Muitas memórias me vêm à cabeça e penso que este momento não seria possível sem a solidariedade de diversas pessoas e instituições às quais reservo imensa gratidão.

A minha mãe Elianes, minha guerreira, que me amamentou e teve toda a paciência materna necessária. A minha irmã Taíse, meu eterno orgulho, minha irmãzinha mais velha a quem me espelho diariamente. A meu sobrinho Ethan que me dá os sorrisos mais doces e carinhosos que um tio-padrinho poderia ter. A meu cunhado Eduardo, a quem admiro, confio e agradeço eternamente por entrar em minha vida. A meu pai, Robert, humilde e batalhador.

À União da Juventude Socialista que me apresentou à luta de classes, o movimento estudantil e a política, me encorajando a seguir meus instintos e trilhar novos caminhos acadêmicos. Ao Instituto Federal de Brasília – Campus Samambaia que, por meio do Curso de Controle Ambiental, me apresentou a educação escolar pública de qualidade e me proporcionou experiências acadêmicas e de vida que levarei para o resto da vida. À Universidade de Brasília, minha segunda casa, meu sonho dentro do peito que se tornou realidade. Ao Núcleo de Estudos Amazônicos que, ainda em meu primeiro semestre, me presenteou com a realização do sonho de conhecer a Amazônia e seus povos. À Vivência Amazônica! À Geografia, ciência incrível que revolucionou meu olhar para o mundo. Ao CAGEA, no qual cumpri três gestões e, atualmente, cumpro a tarefa da presidência.

A todos os professores que marcaram minha trajetória acadêmica: Dante, Roselir, Juscelino, Nelba, Ercília, Marli, Elisângela, Shadia, Roberto, Sanzio, Marília, Mireya, Dôra, Carlota, Fernando, Eunápio, Ana Paula, Jaspion e, em especial, Everaldo, Manoel e Enaile.

A todos os meus amigos e amigas em que dividi momentos em sala de aula, em saídas de campo e no CAGEA: Júlio, Thomé, Anderson, Filipe, Arthur, Julie, Wally, Babi, Israel, Alícia, Denaro, Andrezza, Gustavo e muitos outros. A meus amigos e amigas que lutaram ao meu lado em defesa da educação, em defesa da Universidade e vivem/viveram intensamente a UnB: Léo, Vini, Rebeca, Laurinha, Matheus, Luíza, Jade, Thamiris, Vitão, Amandinha, Jéssica, Marcelo, Fernandes, Arthur, Caio, Ruan, Paloma, Guibson, Guga, e, em especial, Ingrid, Lucas, André, Gaby, Hebert, Larissa, Karina, Josh, Igor, Leon, Zé e PG, por vivenciarem e sonharem a Amazônia junto a mim, propiciando-me amáveis memórias.

A minha companheira Isla. Que essa seja a primeira de muitas conquistas ao seu lado, obrigado por tudo!

LISTA DE FIGURAS E MAPAS

Figura 1 – Mapa da Amazônia Legal Brasileira 2019.....	25
Figura 2 – Mapa das Mesorregiões do Estado do Pará	33
Figura 3 – Mapa da Mesorregião do Marajó – PA.....	34
Figura 4 – Visita à comunidade Intel I.	52
Figura 5 – Serraria (ao fundo) e toras de madeira abandonadas.	52
Figura 6 – Entrada da comunidade Intel II.	53
Figura 7 – Roda de conversa na Vila Intel I.	54
Figura 8 – Roda de conversa na Vila Intel II.....	55
Figura 9 – Moradia familiar na Vila Intel I.	57
Figura 10 – Reconstrução de Pontes (estivas) para locomoção na Vila Intel I.	58
Figura 11 – Posto de Saúde Bom Jesus.	61
Figura 12 – Parte interna do Posto de Saúde.	61
Figura 13 – Cômodo interno do Posto de Saúde.	62
Figura 14 – Interior de uma sala de aula.	63
Figura 15 – Entrada da Escola, parte externa.	63
Figura 16 – Escola de Ensino Fundamental e Médio em desuso na comunidade ribeirinha Intel I.	64
Figura 17 – Mapa de Localização das Comunidades Ribeirinhas e do Município de Breves – PA.....	65
Figura 18 – Embarcação do tipo rabeta (1).	67
Figura 19 – Embarcação do tipo rabeta (2).	67
Figura 20 – Serraria Magebras abandonada.	70
Figura 21 – Serraria desativada em Magebras.....	72
Figura 22 – Pontes (estivas) quebradas ou soltas.	73
Figura 23 – Cinegrafista pertencente ao grupo de professores e estudantes da UnB se equilibrando nas pontes (estivas) quebradas e/ou soltas... ..	73

Figura 24 – Reconstrução de estivas em Intel I.....	76
Figura 25 – Venda de Farinha em casa pertencente à Vila Intel II.	79
Figura 26 - Estrutura utilizada para cultivo de horticultura e manivas de mandioca ao fundo.	80
Figura 27 - Aglomerado urbano-ribeirinho avistado no trajeto entre as Vilas Intel e Magebras	81
Figura 28 - Açaizal ao fundo de moradias da Vila Intel I.	82
Figura 29 – Casa ribeirinha, rio, açaizal e palmeiras ao fundo.	85
Figura 30 - Pontes/Estivas precárias na Vila Intel II e embarcação típica da região.	86
Figura 31 - Serraria entre Intel I e Breves.	88

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
TEMA	13
PROBLEMA	13
OBJETIVOS	13
Principal	13
Específicos	13
JUSTIFICATIVA	14
HIPÓTESES	15
DESENVOLVIMENTO DOS CAPÍTULOS	16
CAPÍTULO I – NOTAS SOBRE O TERRITÓRIO NA GEOGRAFIA	17
1.1 – Território Usado, Tecnoesfera e Psicoesfera	17
1.2 – Território Usado Amazônico e nuances do Estado	24
1.3 – Ilha de Marajó: nota histórica do uso do território	33
CAPÍTULO II – A APARENTE INÉRCIA DO ESTADO E USOS DO TERRITÓRIO	39
2.1 – Introdução à Rede Urbana na Amazônia	39
2.2 – Desigualdades Socioterritoriais em Breves – PA	48
2.3 – Transporte Fluvial Deficitário e o “Estado” da Saúde e da Educação escolar	57
CAPÍTULO III – TRABALHO, EMPREGO E RENDA: TECNOESFERA, PSICOESFERA E USOS DO TERRITÓRIO	70
3.1 – Extração Madeireira e Configuração Territorial	70
3.2 – Usos do Território: Pesca, Agricultura e Pecuária	77
3.3 – Vulnerabilidade Socioeconômica e Programas de Transferência de Renda	84
CONSIDERAÇÕES FINAIS	90
REFERÊNCIAS	92

INTRODUÇÃO

Ao se pensar acerca de todo o debate que envolve a Amazônia, a maior floresta tropical do mundo, devem ser levadas em consideração as multifaces que este território assume. Numa perspectiva de ordenamento territorial, tem-se que a Amazônia Legal Brasileira expande a perspectiva circunscrita a região norte do país, a fim de levar em consideração a fitofisionomia concernente a floresta tropical úmida e suas áreas de transição entre biomas.

O recorte territorial deste trabalho diz respeito à Ilha de Marajó, o maior arquipélago fluviomarinho do mundo, localizado ao norte do Estado do Pará – na foz do grande Rio Amazonas – e composto por diversas outras ilhas e ilhotas. Dentro deste arquipélago, visualizam-se rios, furos, igarapés e áreas de várzea, onde, dentro da mesorregião do Marajó, encontra-se a microrregião dos furos de Breves; que dá nome ao município que abrange as comunidades ribeirinhas estudadas.

O município de Breves - PA, considerado a capital do Marajó, possui uma rede urbana dendrítica, ligada aos rios, no qual, ao longo destes, encontram-se inúmeras comunidades ribeirinhas – interligadas entre si e à suas respectivas centralidades, ou seja, aos centros de aglomeração e de fervor econômico mais aproximado a suas respectivas localizações. É nesse contexto em que se insere o recorte territorial deste estudo, em três comunidades ribeirinhas muito próximas, chamadas: Intel I, Intel II e Magebras.

A metodologia de análise que rege o tratamento científico-acadêmico proposto utiliza-se de teorizações do pensamento filosófico-geográfico sobre o território usado, proposto pela Geografia Renovada de Milton Santos, Maria Adélia de Souza e seus seguidores.

A empiria que direciona os estudos sobre as comunidades citadas foi realizada por meio de trabalho de campo decorrente do projeto de extensão “Vivência Amazônica”, um projeto organizado pelo Núcleo de Estudos Amazônicos (NEAz) da UnB. Este núcleo foi criado em junho de 1987 e é fruto dos processos de redemocratização ocorridos em meados de 1980 no Brasil. O NEAz foi integrado ao Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares (CEAM) da UnB, de forma a congregar comunidade acadêmica, instituições públicas, entidades, bem como membros da sociedade civil em torno de temas relacionados à Amazônia brasileira e continental; promovendo ações de estudo, pesquisa e extensão de caráter multidisciplinar sobre questões amazônicas.

O projeto de extensão Vivência Amazônica surge da disciplina “Tópicos Especiais sobre a Amazônia”, lotada no CEAM. Esta disciplina é ofertada anualmente e conta com a participação de especialistas de diversas áreas, de forma a introduzir, por meio das aulas, as questões amazônicas nos âmbitos político, histórico, cultural, geográfico, econômico, ambiental e social. Assim, de maneira a fomentar o interesse e aproximação dos estudantes a compreensão da dimensão amazônica, o NEAz dá continuidade à disciplina por meio da Vivência Amazônica, uma atividade de extensão anual que organiza um roteiro de viagem que abranja o território pertencente ao bioma em questão e que envolva instituições de ensino locais e comunidades da região.

De forma resumida, o objetivo do referido projeto de extensão é o de proporcionar aos participantes um aprofundamento quanto à realidade das causas amazônicas, contribuindo para o intercâmbio científico, técnico e cultural.

O recorte territorial deste estudo se reporta a algumas das comunidades da Ilha de Marajó visitadas na Vivência Amazônica de 2019, que ocorreu entre 30 de novembro e 20 de dezembro do referido ano, visitando-se povos amazônicos dos estados de Tocantins, Maranhão, Pará e Mato Grosso. As comunidades ribeirinhas marajoaras foram um dos ápices desta edição do projeto, visto a íntima relação com os grandes rios amazônicos e com a floresta de várzea. Também chamou a atenção às condições desiguais aos quais estes povos estão sujeitos, principal fator motivacional para a elaboração da presente monografia acadêmica.

As comunidades ribeirinhas visitadas – Intel I, Intel II e Magebras – derivam do processo econômico extrativista de madeiras de várzea nos furos de Marajó. Assim, a partir da instalação de grandes empresas madeireiras no território de várzea marajoara, surgem as comunidades de moradores à hinterlândia que acompanha os rios. É daí que advém a força de trabalho das madeireiras e serrarias.

No entanto, apesar da consideração de que as madeireiras são o motivo principal das transformações socioespaciais nos furos de Breves, existem processos econômicos, conflitos territoriais e apossamento de terras, anteriores ao advento das madeireiras, que também impactaram profundamente no atual território marajoara.

Desta forma, será discutido o instigante processo de dominação histórica dos territórios marajoaras, a fim de compreender as formas geográficas herdadas ao longo do tempo, isto é, as “rugosidades” deste processo histórico – para recordar Milton Santos.

Assim, a análise das comunidades ribeirinhas visitadas requer um aprofundado estudo do território, deste modo, poder-se-á respeitar o espaço geográfico como uma instância social, bem como compreender as forças hegemônicas e a atuação política que, ao longo da história, atuaram no território mencionado.

Outro ponto importante se deve ao advento das cidades-empresa, uma expressão da globalização no período histórico denominado técnico-científico informacional (M. Santos), do qual se instalaram a margem dos rios e furos que banham as várzeas de Breves, algumas madeireiras que trabalhavam com o extrativismo. Isso ocorreu após o auge e declínio do ciclo da borracha, isto é, após os anos de 1950, em especial, entre 1970 e 1990, quando reinou o extrativismo na região.

Todavia, no final do século XX, houve o declínio do extrativismo na região das várzeas de Breves, quando as madeireiras ficaram proibidas de agir. Este episódio deu início a desigualdades socioterritoriais sobre os ribeirinhos. Estes detinham total dependência financeira atinente às serrarias e, sem emprego, ficaram sem renda, restando-lhes poucas opções de sobrevivência, como, por exemplo, a pesca e o açaí.

Outro problema pelo qual essas comunidades passam se deve ao “Estado” da saúde e da educação escolar, bem como as dificuldades provenientes das deficiências no transporte fluvial. “Estado” entre aspas no título deste trabalho deseja chamar a atenção do leitor em dois sentidos: o “Estado” como superestrutura nacional que arregimenta as instituições e é responsável pela organização e/ou negligência para com a sociedade; e mesmo a condição presente do grupo social por meio da saúde, da educação e mobilidade. Assim, será evidenciada uma aparente inércia do Estado, pois este se exime do papel de reinserir os indivíduos destas comunidades no mercado, garantindo-lhes emprego e formação técnica adequada para agricultura ou demais formas de inserção na economia. De forma geral, é esta realidade desigual que rege a vida dos ribeirinhos destas comunidades.

Esclarece-se que o presente trabalho se propõe a diagnosticar os motivos que levaram esses povos a tamanha situação de vulnerabilidade, se fazendo necessário compreender as

especificidades do território analisado, isto é, entendendo seus modos de vida, suas relações com os rios e furos, suas dificuldades e suas possibilidades existenciais por meio do território.

Enaltece-se a importância de projetos de extensão nas universidades públicas brasileiras, visto que estes viabilizam a relação ensino, pesquisa e extensão na formação dos estudantes; relação esta de extrema importância para o desenvolvimento da nação brasileira. No caso do presente trabalho, a extensão estimulou a pesquisa e trouxe como produto esta monografia, que, além de estudar as desigualdades socioterritoriais de algumas comunidades ribeirinhas de Marajó, também se propõe a colocar a Amazônia em pauta, um debate tão necessário à academia brasileira.

É necessário olhar para a Amazônia e para os povos da floresta que lá habitam, dada à importância estratégica e a infinidade de possibilidades advindas de sua abundante biodiversidade. Neste viés, busca-se contribuir, por meio deste trabalho acadêmico de conclusão do curso de Geografia – ainda que modestamente, visto a grandiosidade e complexidade dos temas relacionados à floresta – para este processo de apropriação sociocultural da Amazônia. Espera-se que o mesmo possa expandir a percepção do leitor acerca da grandeza amazônica, da Ilha de Marajó e de seus povos ribeirinho-marajoaras.

TEMA

O território usado e o Estado no aprofundamento das desigualdades sociais nas comunidades Intel I, Intel II e Magebras, na Ilha de Marajó.

PROBLEMA

Como a aparente inércia do Estado e o fim das atividades comerciais de extração madeireira nas comunidades Intel I, Intel II e Magebras contribuiu para o aprofundamento de desigualdades socioterritoriais atinentes a estas comunidades?

OBJETIVOS**Principal:**

Analisar a vida das comunidades marajoaras através do conceito de território usado e frente a aparente inércia do Estado e do fim de atividades comerciais de extração madeireira na Ilha de Marajó.

Específicos:

Compreender o conceito de território usado aplicado ao estudo amazônico.

Compreender o papel referente à atuação dos agentes de ordenamento territorial no caso analisado.

Examinar as possibilidades e limites de acesso à educação, à saúde, ao transporte público, a formação técnica e ao emprego das comunidades analisadas, frente aos usos contraditórios do território.

Analisar, à luz dos usos do território, a inclusão dos moradores aos programas de transferência de renda como, por exemplo, o bolsa família e o seguro-desemprego pescador artesanal.

JUSTIFICATIVA

A invisibilidade das comunidades estudadas é consequência de uma série de fatores inerentes às barreiras impostas pelo sistema capitalista e sua desigual reprodução no território e expresso pelas paisagens, no qual a lógica de desenvolvimento é voltada para os grandes centros urbanos, restando o descaso e abandono às populações ribeirinhas, desprovidas de um plano de desenvolvimento adequado as suas específicas realidades.

A compreensão de um território – principalmente quando se trata de um país como o Brasil, de base econômica agrária exportadora – deve levar em consideração diversos aspectos histórico-culturais, econômicos e políticos em seu processo de desenvolvimento, a fim de adequar a realidade concreta ao modelo de desenvolvimento mais acertado para o território em questão. No caso dessas comunidades ribeirinhas, a aparente percepção de abundância natural, advinda da floresta e dos grandes rios amazônicos, é facilmente quebrada quando se observa que a simples falta de pontes (estivas) para locomoção dos moradores gera obstáculos enormes à qualidade de vida dessas pessoas. O acesso à escola, à saúde, e a demais direitos sociais, fica comprometido. Depender de transporte fluvial diário para acessar serviços básicos previstos a todos os cidadãos brasileiros é um desafio cotidiano para as comunidades ribeirinhas marajoaras.

É como Milton Santos (2007) diz em “o espaço do cidadão”: é preciso uma instrumentação do território capaz de atribuir a todos os cidadãos bens e serviços indispensáveis, não importando sua localização. É no território que a cidadania se dá, ou seja, incompleta.

Para além das limitações territoriais de acesso a serviços e direitos essenciais previstos constitucionalmente, observa-se a falta de hospitais ou de unidades básicas de saúde nas comunidades, sendo assim, uma emergência hospitalar pode levar horas ou até dias para ser concretizada. Ir à escola condiciona os estudantes a acordarem de madrugada, cerca de três ou quatro horas antes da aula, para se transportar de um ponto ao outro do rio e chegar à escola. Para voltar para casa é a mesma realidade, são horas de viagem. É necessário um olhar especial para essas pessoas que enfrentam diariamente uma forte precarização da vida, no fornecimento de direitos fundamentais previstos na constituição federal brasileira.

A concentração de poder nas mãos de algumas famílias desenvolve uma perspectiva oligárquica de distribuição de serviços e de vontade política, visto que para além do poderio

econômico, se articulam nesses espaços de poder político também. Costa (2020, p. 04) diz que:

“Si la desigualdad es evidenciada sólo en el auge de las crisis en las economías desarrolladas, en América Latina la crisis es un continuum de desigualdad original y nacida del condicionamiento moderno-europeo del territorio, que produce estéticas de contenido dramático en las ciudades-campo y establece fuerzas políticas oriundas del poderío (i) de familias, (ii) de grupos agrario-industriales y (iii) de corporaciones religiosas, desde hace más de cinco siglos”.

Nem mesmo acesso à água tratada e a saneamento básico essas comunidades possuem, o diagnóstico fica cada vez pior à medida que se aprofunda o entendimento das demandas socioeconômicas. O nível de criticidade da situação justifica a necessidade de reavaliar urgentemente alternativas de desenvolvimento social, econômico e de qualidade de vida para essas comunidades, a fim de alcançar um adequado uso de recursos naturais e do território, de forma a ampliar a diversidade de atividades produtivas e de fornecimento de serviços essenciais ao desenvolvimento social e econômico da região marajoara.

HIPÓTESES

Ao analisar empiricamente o território marajoara - com foco nas comunidades Magebras, Intel I e II – parte-se de algumas hipóteses acerca das consequências advindas da aparente inércia do Estado e do fim das atividades comerciais de extração madeireira no território. Destacam-se fatores sociais que desvelam diversos desafios a serem enfrentados por essas comunidades, quais sejam: a falta de educação escolar e de profissionalização dessas comunidades ribeirinhas, que potencializam o desemprego e a baixa renda; as dificuldades de acesso ao transporte fluvial e de locomoção intracomunitária, que aprofundam dificuldades de renda oriundas de escoamento de pesca, de acesso à saúde pública e à educação escolar; a renda advinda da pesca, principal fonte econômica, sofre com a intervenção dos atravessadores, pois como o deslocamento é dificultoso e são necessários muitas barras de gelo para manter a pesca, resta-lhes a venda muito abaixo do valor de mercado; não possuem diversidade de produção, devido à falta de técnica e/ou de apoio do Estado.

DESENVOLVIMENTO DOS CAPÍTULOS

O capítulo I tem como objetivo discutir o conceito de território usado, este conceito é o centro de toda a abordagem deste capítulo. Assim, aplicá-lo ao território amazônico e incorporá-lo a Ilha de Marajó – de forma a considerar notas históricas do uso do território marajoara – resumem os ingredientes deste capítulo. Espaço banal, usos do território historicamente produzidos, formas geográficas herdadas, atores hegemônicos, território como abrigo, conceitos-obstáculo, discussão sobre modernidade, sustentabilidade no capitalismo, metáforas do capitalismo, meio técnico-científico-informacional, psicoesfera, tecnoesfera, território como norma, globalitarismo, bem como outros temas e conceitos, direcionam o leitor a compreender o território da atual mesorregião de Marajó.

O capítulo II objetiva abordar as faces da aparente inércia do Estado e trabalha uma metodologia a partir da categoria de território usado. Neste capítulo faz-se uma introdução à rede urbana na Amazônia, de forma a decifrar algumas das especificidades da região e, para isso, trazendo elementos históricos desse processo de configuração territorial. Posteriormente, abordam-se as desigualdades socioterritoriais em Breves – PA, adentrando aqui as diversas percepções empíricas coletadas em trabalho de campo. Finalmente, trabalha-se com as problemáticas referentes ao transporte fluvial deficitário e o “estado” da saúde e da educação escolar. Nestes últimos elementos as contradições de classe observadas nas comunidades Intel I, Intel II e Magebras escancaram a questionável atuação do Estado nesta região.

Por fim, o capítulo III se propõe a abordar o trabalho, o emprego e a renda nas comunidades analisadas. O objetivo principal deste capítulo é aproximar o leitor das dificuldades e desafios socioeconômicos enfrentados pelos trabalhadores destas comunidades ribeirinhas. Para isso, utiliza-se do conceito de território usado para compreender as heranças socioterritoriais deixadas pelo fim das atividades de extração madeireira. Analisa-se a pesca e a agricultura como alternativas econômicas que carecem de apoio e acompanhamento do Estado e, finalmente, observa-se a necessidade de programas de transferência de renda frente às vulnerabilidades socioeconômicas herdadas.

CAPÍTULO I – NOTAS SOBRE O TERRITÓRIO NA GEOGRAFIA

1.1 – TERRITÓRIO USADO, TECNOESFERA E PSICOESFERA

“A riqueza da geografia como província do saber reside, justamente, no fato de que podemos pensar, a um só tempo, os *objetos* (a materialidade) e as *ações* (a sociedade) e os mútuos condicionamentos entretecidos com o movimento da história. As demais ciências humanas não dominam esse rico veio epistemológico” (SANTOS, 2000, p. 3).

Ao dialogar sobre o território usado, deve-se primeiramente compreender o fundamento epistemológico da Geografia que o embasa. Recorre-se a Milton Santos em “O papel ativo da Geografia, um manifesto” (2000, p. 1-2) e a Maria Adélia de Souza em “Território usado, rugosidades e patrimônio cultural: ensaio geográfico sobre o espaço banal” (2019), para trazer à tona a refutação da ideia da Geografia como mera disciplina das localizações, visão limitadora e insuficiente ao se considerar o papel de intervenção e transformação da sociedade, atribuído à Geografia. Sendo assim, propôs-se considerar como sinônimo de *espaço geográfico* o *território usado*, que, para Souza (2019), é o resultado do processo histórico decorrente da base material e social das novas ações humanas. Consoante à geógrafa, a utilização do conceito de território usado permite uma consideração da totalidade das causas e efeitos do processo socioterritorial.

“A compreensão do espaço geográfico como sinônimo de *espaço banal* obriga-nos a levar em conta todos os elementos e a perceber a inter-relação entre os fenômenos. Uma perspectiva do *território usado* conduz à ideia de *espaço banal*, o espaço de todos, todo o espaço. Trata-se do espaço de todos os homens, não importa suas diferenças; o espaço de todas as instituições, não importa a sua força; o espaço de todas as empresas, não importa o seu poder. Esse é o espaço de todas as dimensões do acontecer, de todas as determinações da totalidade social” (SANTOS, 2000, p. 2-3).

Maria Adélia de Souza (2019, p. 7), ilustre geógrafa brasileira aposentada da Universidade de São Paulo (USP) e propulsora da Geografia Renovada, vai de encontro à teorização miltoniana acerca do território usado e reitera que o espaço geográfico, espaço banal, é espaço de todas as pessoas, de instituições e organizações, espaço de vida do ser humano na superfície do planeta Terra. Ela elucida, enfaticamente, que não há produção do espaço! O que concorda Costa (2011), no contexto em que espaço geográfico é categoria de pensamento. Há, na verdade, reprodução dos usos do território historicamente produzidos – formas geográficas herdadas, a denominação de *rugosidades* (M. Santos) – que resultam em paisagens também produzidas.

Desta forma, o que foi dito por Milton Santos et al em seu manifesto (2000, p. 3) constitui o *território usado*, no qual ele afirma ser um todo complexo em que se tece uma trama de relações complementares e conflitantes; esse entendimento é recuperado por Maria Adélia de Souza (2019, p. 7) ao afirmar que: o patrimônio urbano ou natural é o produto claro da voracidade dos processos produtivos no dito mundo globalizado, gerador permanente de crises, dada a essência do seu funcionamento acionado pelas técnicas e tecnologias. Assim, para a autora, o *espaço geográfico* é uma instância social, tanto quanto a economia, a cultura e a política, isto é, algo que se impõe a tudo e a todos, sendo o território usado sua expressão histórica.

Apresenta-se de forma clara que, aqui, o tratamento científico-acadêmico proposto, de uma forma um tanto quanto direta, traz teorizações centralizadoras da Geografia Renovada; que busca resgatar o pensamento crítico que se esvanece nas ciências humanas e nas práticas que se referem à história das relações sociais e dos processos de manutenção da memória e da vida que, em sua maioria, são abordados por meio de metáforas (como lembra Souza, 2019) e não por meio de conceitos científicos rigorosos, sobretudo o de território usado, condição da vida! Soma-se a isso, a reflexão esclarecedora de que os resíduos do passado são um entrave à definição do novo ou, ainda, como entender de que maneira o trabalho já executado se impõe ao trabalho por fazer? Capciosa abordagem teórica do *patrimônio cultural de interesse público* que necessita ser esclarecida no debate sobre rugosidades, destaca Souza (2019, p. 2).

A atual divisão territorial do trabalho deságua sobre as divisões territoriais anteriores. E a divisão social do trabalho fica impossibilitada de ser digerida sem a compreensão da divisão territorial do trabalho, entendida como produto direto das formas geográficas herdadas, as ditas rugosidades. Desta forma, as limitações conceituais expressadas pelo uso de metáforas, que tornam nebulosas as reflexões sobre este complexo tema multidisciplinar, desaguam no diferencial da Geografia, ciência munida do conceito de território usado, lugar e rugosidades, eixos teóricos deste estudo geográfico (SOUZA, 2019, p. 2).

Na ótica de Santos (2000, p. 12), o território usado é um campo beneficiado para a análise, pois, de um lado, nos transparece a feição global da sociedade e, de outro lado, a própria multiplicidade do seu uso. Para os *atores hegemônicos* o território usado é um artifício utilizado para garantir o cumprimento de seus interesses particulares, afirma o autor. Este, diz que a insistência de ações daqueles, encaminha a uma adequação contínua de uso do território, com incremento de uma materialidade prática à dinâmica das ações exógenas ao

lugar que agudiza a divisão social e territorial do trabalho através da seletividade dos investimentos capitais e acarreta num uso corporativo (mercadorizado) do território.

Por outro viés, consoante a Santos (2000), as situações decorrentes possibilitam o esclarecimento da cirúrgica consideração da conduta de todos os seres humanos, de todas as instituições (públicas, sociais, mistas...), dos capitais e das firmas. O autor assegura que os distintos atores não detém o mesmo poder de comando, levando a uma pluralidade de ações advindas da coexistência dos atores hegemônicos com os hegemonzados. Desta mistura, tem-se a disposição única dos lugares (SANTOS, 2000, p. 12).

“Os atores hegemonzados têm o território como um abrigo, buscando constantemente se adaptar ao meio geográfico local, ao mesmo tempo que recriam estratégias que garantam sua sobrevivência nos lugares. É neste jogo dialético que podemos recuperar a totalidade” (SANTOS, 2000, p. 12-13).

Segundo Santos (2000), o território usado tem sua historicização específica em função das dinâmicas das formações socioespaciais, constitui-se, em outras palavras, de um complexo enredo de relações complementares e conflitantes que se conectam dialeticamente. Aí mora a robustez do conceito, pois faz pensar processualmente as correlações entre o lugar, a formação socioespacial e o mundo, afirma o autor. “O território usado, visto como uma totalidade, é um campo privilegiado para a análise na medida em que, de um lado, nos revela a estrutura global da sociedade e, de outro lado, a própria complexidade do seu uso” (SANTOS, 2000, p. 3).

Maria Adélia de Souza (2019) tece importantes contribuições teóricas acerca do que ela chama de conceitos-obstáculo, que atrapalham o processo de compreensão do mundo nos países pobres, esses conceitos-difusos interferem na essência da reflexão sobre rugosidades e território usado (SOUZA, 2019, p. 2).

Para esmiuçar a necessidade de driblar essas barreiras impostas, os conceitos-obstáculo, a autora examina a discussão sobre modernidade, no qual existem resistências em não aceitar a ideia de processo contínuo, em movimento e no tempo presente, recortando-o e o denominando de pós-modernidade. Isso acarreta numa visão de mundo reducionista, com etapas mecanicamente estruturadas e sucedidas, não adotadas pela reflexão deste trabalho; que incorpora o conceito de contemporaneidade ou mesmo atualidade (SOUZA, 2019, p. 2).

Para Souza (2019), essa ótica justifica-se pelo entendimento de que a modernidade como processo histórico ainda não se completou, assim sendo, não há “pós” – modernidade, ainda mais se considerarmos que nos países pobres ela sempre se dá de forma inconclusa; essa

visão de modernizações incompletas orienta o Método de pesquisa e a reflexão, ou seja, entendido como um processo movido pelo contraditório, como uma história em permanente movimento e transformação, completa a autora.

Na mesma perspectiva crítica ao uso do prefixo pós, vale destacar a reflexão de Alvarado-Sizzo e Costa (2019), em que, ao abordar a temática do fenômeno rural e da ruralidade, afirmam que a história do território e a análise do empírico demonstram que o urbano e o rural nunca foram anulados, entretanto foram redefinidos por meio de demandas recíprocas determinadas e fortalecidas pelas necessidades humanas (básicas ou complexas) e pelos avanços técnicos. Desta forma, metodologicamente, a abordagem sobre as mudanças na interação entre o rural e o urbano deve ser apreciada pelo conteúdo técnico-político de cada momento do *continuum* que revela esse vínculo, sendo imprescindível a periodização das redefinições técnicas e tecnológicas acerca da duradoura simbiose campo-cidade no território, afirmam os autores (ALVARADO-SIZZO; COSTA, 2019, p. 3).

Assim, Alvarado-Sizzo e Costa (2019) argumentam que o prefixo “pós” radicaliza a dicotomia campo/cidade, rural/urbano e, o mais problemático, sociedade/espço, espaço/tempo e passado/presente, pois torna banal a interpretação totalizante dialética do espaço geográfico e despreza o recurso da periodização do objeto.

Não há como deixar de reconhecer a importância do trabalho de Maria Adélia de Souza e, ao escrever o presente trabalho, me reconhecer um “*mariadelista*”, por defrontar-me com seus escritos acerca do elemento das metáforas, dos neologismos e dos escapismos, que, segundo a autora, acabam por institucionalizar e consagrar a mentira através dos mecanismos de desinformação – criação perversa da modernidade (SOUZA, 2019, p. 4).

A indagação certa de que é questionável/inconcebível, no capitalismo, ter-se a sustentabilidade, o sustentável, a segurança alimentar, a inclusão social e demais conceitos, renovadamente, definidos como neologismos que dificultam a eclosão do fidedigno pensamento crítico – produtor do conhecimento novo – convence qualquer bem-intencionado estudante de geografia de que é preciso discutir e expor tais conceitos escapistas e metafóricos (SOUZA, 2019, p. 4).

Para Maria Adélia de Souza (2019), essa denúncia às metáforas, aos neologismos e aos escapismos surge pelo fato de que tais empecilhos não enfrentam desafios do conhecimento, processos de cunho social, logo, político, e que, devido à fuga a esses desafios,

consistem de mentiras que precisam ser confrontadas. Coincidentemente ou não, visto a abordagem da educação básica que exalta a globalização sem verdadeiramente discuti-la, a autora afirma que as metáforas nascem do processo dito de globalização, termo que é considerado uma metáfora por ela (SOUZA, 2019, p. 4).

Essa linha de raciocínio crítico à globalização é endossada pela visão de que na modernidade a mentira é conscientemente criada e propagada pelos veículos de comunicação, de forma a manter a satisfação de determinados políticos. Essa é uma chave característica da realidade contemporânea que institucionaliza a mentira, um movimento que se torna possível pelo uso de mecanismos de desinformação que disseminam dados e reiteram lemas insistentemente, decadência civilizatória viabilizada pela simplificação do pensamento e da informação. Essas ferramentas, manejadas maleficamente, levam ao empobrecimento do conhecimento, ao domínio pela enganação, ao desserviço à capacidade de pensar e ao desconhecimento do mundo presente (BERMEJO, 2012, p. 13-17 *apud* SOUZA, 2019, p. 4).

Esses conceitos trazidos até o momento são importantes contribuições reflexivas para compreensão do mundo e do recorte territorial em análise. São, portanto, formulações trabalhadas sobre os conceitos-obstáculo que proporcionam a assimilação das rugosidades, do território usado, do globalitarismo e de demais conceitos atinentes a este trabalho.

Apresenta-se, aqui, mais um importante conceito de Milton Santos (2006) denominado *meio técnico-científico informacional*. Este consiste do que vem a ser a extensão territorial das melhorias técnicas e tecnológicas no território, isto é: modernas rodovias, ferrovias, aeroportos, portos, extensão das redes técnicas de todos os tipos, dentre outros; de modo a inserir a cidade e a região nos quesitos urgentes da modernidade (SANTOS, 2006, p. 159).

Segundo Milton Santos (2006), pode-se conjecturar que a história do meio geográfico pode ser rudimentarmente separada em três etapas: o meio natural, o meio técnico e o meio técnico-científico-informacional. A este, se considera o meio geográfico do período atual, onde os objetos mais notáveis são concebidos a partir dos mandamentos da ciência e se assentam de uma técnica informacional da qual lhes vem o alto grau de intencionalidade com que obedecem às diversas categorias e etapas da produção (SANTOS, 2006, p. 156-157).

Outras importantes contribuições desenvolvidas por Milton Santos (2006, p. 172-173), e que serão muito importantes para esse trabalho geográfico, são o da *psicoesfera* e o da

tecnoesfera. A primeira, para Santos (2006), é concebida como o “reino das ideias, crenças, paixões e lugar da produção de um sentido”, sendo entendida como uma nova codificação das mentes que modifica as imposições do presente; um conjunto de fés, desejos, hábitos, linguagem e sistemas de trabalho associados ao espírito de uma época. Já a segunda, a *psicoesfera*, é dependente da ciência e da tecnologia e se adapta aos mandamentos da produção e do intercâmbio, se instalando no território de forma a traduzir interesses distantes, afirma o autor. Em suma, para M. Santos, a *tecnoesfera* é o mundo dos objetos, a *psicoesfera* é a esfera da ação; ambas constituem a base operacional de novos automatismos sociais.

Assim, Milton Santos, que entende a *psicoesfera* como uma nova configuração das mentes que se adaptam as exigências do presente, proporciona concepções que apontam para uma redutibilidade entre si, qual seja a *psicoesfera* e a *tecnoesfera*. Essa redutibilidade constitui o meio técnico-científico informacional, requisito para o uso do território pelas grandes corporações, completa Souza (2019).

Para Samira Peduti Kahil (2010), não há como definir “*psicoesfera*”, nem teórica nem praticamente, isolando ou individualizando algum elemento metafisicamente derradeiro e imutável da esfera socioespacial. Portanto:

“considerando a natureza do espaço geográfico como um conjunto de sistemas de objetos indissociável dos sistemas de ações e tomando o conceito de território como dimensão política do espaço geográfico, poderíamos definir “*psicoesfera*” muito mais como um fator em duplo sentido: ela não é isolável e acha-se entretecida à esfera técnica do território e, portanto, a um momento nodal histórico e, sem nenhum romantismo de nossa parte, poderíamos dizer, - é o espírito de uma época (Zeitgeist). “*Psicoesfera*” é paráfrase virtuosa de Milton Santos para o conjunto de crenças, desejos, hábitos, linguagem, sistemas de trabalho, associados ao espírito de uma época” (KAHIL, 2010, p. 477).

Sabe-se que em Milton Santos (2006), *psicoesfera* e *tecnoesfera* se complementam mutuamente, por isso a esfera técnica, ainda que considerada sistema de objetos técnicos, não poderia ter utilidade ou significado em si. Para o autor, os objetos (naturais ou artificiais) têm independência de existência devida à sua constituição material, todavia, não têm autonomia de significação; tendo, portanto, existência relacional (a relação entre sujeito-objeto).

Para Kahil (2010), partindo da ideia miltoniana de que o espaço geográfico é um conjunto de sistemas de ações inseparável dos sistemas de objetos, pode-se realizar a análise do espírito de nossa época, e claro, sem retroceder a visão entre essência e aparência, entre o que é real e o que é imaginado, entre objetos e ações, entre o lugar e o mundo. Para a autora, este exercício de análise permite compreender que o que é o real não é a teoria, sendo, na

verdade, a interpretação do real pela experiência de que orientam os conceitos construídos. É nesse sentido que Costa e Scarlato dizem que, por meio do método, “a singularidade geográfica é revisada pelo empírico”. Nesse viés, os conceitos resultam de levantamentos teóricos e empíricos da análise do território usado, que convoca questões sobre o real, refazendo os passos do pensamento que possibilita endossar o espaço geográfico como categoria (KAHIL, 2010; COSTA e SCARLATO, 2019).

Os conceitos obstáculo e as dimensões teórico-metodológicas até aqui tratadas, são consideradas de sincera pressuposição à tarefa de concepção de mundo tão necessária à análise do território usado. Ver-se-á, ao longo do presente esforço, como o conceito de território usado será revisto no território analisado, - nas comunidades amazônico-ribeirinhas Intel I, II e Magebras da Ilha de Marajó - onde se aprofundará a análise da transformação social que diz respeito às ações e movimentos dialéticos de todos os envolvidos no território observado; destacando-se, portanto, a multiplicidade de ações em que o convívio dos atores hegemônicos com os hegemonzados determina no conjunto singular dos lugares. Este entendimento totalizador, que envolve as diferentes forças de modificação do território, será trabalhado ao longo dos capítulos, de forma a revisar os conceitos aqui introduzidos e os aplicando a conformidade de minha própria visão de mundo. Princípio, este, que Souza (2019) diz: “dar coerência ao Método científico e ao pensamento”.

1.2 – TERRITÓRIO USADO AMAZÔNICO E NUANÇAS DO ESTADO

Ao considerar o território amazônico, a partir de uma ótica geral do povo brasileiro, emergem sentimentos, concepções e idealizações diversas e que oscilam entre grandiosidade, imponência, admiração, preocupação, indiferença, curiosidade, desconhecimento, dentre outras visões acerca da floresta amazônica. Parece, ainda, predominar aquela percepção de Amazônia como lugar selvagem impróprio à ocupação humana, como território “dos animais, das plantas e dos índios”, como lugar de temperatura quente-insuportável, como lugar distante e, enfim, demais indiferenças sobre a região; excetuando-se, porém, as capitais dos estados com centros urbanos consolidados como Belém e Manaus, por exemplo. Infelizmente, ainda parece ser uma realidade da concepção popular essa ideia de Amazônia idílica, pitoresca e selvagem.

Ainda que a Amazônia seja um território de identidade do Brasil, um país que tem a ideia de grandiosidade como sinônimo (devido a sua extensão territorial-continental e a multiplicidade de expressões culturais e de gentes) se depara com a realidade de uma população inclinada aos grandes centros e metrópoles urbanas consolidadas, ou para as regiões costeiras, ou, para as regiões interioranas não amazônicas – como o planalto central no centro-oeste ou a planície são-franciscana no semiárido do nordeste, por exemplo.

O que se quer aqui dizer, com base numa percepção empírica, é que para boa parte dos brasileiros que estão em outras regiões do país que não sejam a Região Norte, - ou que não esteja em floresta amazônica de faixas da região Centro-Oeste (ex: Mato Grosso) e Nordeste (ex: Maranhão) – a Amazônia é um território pouco conhecido. Isso se expressa em diversas escalas e, até mesmo dentro da esfera acadêmica, este desconhecimento é notabilizado. Assim, colocar o recorte territorial amazônico em evidência no presente trabalho e contribuir para a quebra de paradigmas sobre a maior floresta tropical do mundo pode ser, ainda que singela, uma contribuição importante contra essa negligência histórica.

Para Cardoso e Müller (2008), a tarefa de efetuar um recorte de cunho territorial da Amazônia não é simples, ainda mais ao se olhar pela ótica das estatísticas e das informações disponíveis. Para os autores, em termos puramente geográficos, os limites da floresta amazônica em território brasileiro, observando-se de leste para oeste, iniciam-se pouco antes da Capital do Maranhão (São Luís); a seguir ela ruma em direção ao sul, abarcando três quartos da área deste Estado, e, depois, agudiza mais a sudoeste, incluindo a faixa norte de Goiás e um terço do norte mato-grossense (ver figura 1). Afirmam os autores que esta área

coincide, grosso modo, à Amazônia Legal, algo em torno de cinco milhões de quilômetros quadrados, cerca de 60% do território nacional (CARDOSO; MÜLLER, 2008, p. 11-12).

Cardoso e Müller (2008) trazem uma reflexão importante, afirmando que no sentido geográfico e no sentido econômico-demográfico a área da Amazônia Legal apresenta relativa uniformidade, esta característica generalista demonstra nuances de importância. Observam os autores que, no entanto, as informações disponíveis – limitadas à totalidade estadual – não possibilitam o estudo da área compreendida pela floresta amazônica ou pela Amazônia Legal. Assim, a área física de abrangência amazônica identifica-se com a Região norte para fins estatísticos, isto é, a área atinente aos Estados do Acre, Amazonas e Pará e aos Territórios Federais do Amapá, Rondônia e Roraima; ficando, automaticamente, excluídas das análises censitárias os territórios amazônicos dos Estados de Goiás, Mato Grosso e Maranhão (CARDOSO; MÜLLER, 2008, p. 12).

Mapa da Amazônia Legal Brasileira - 2019

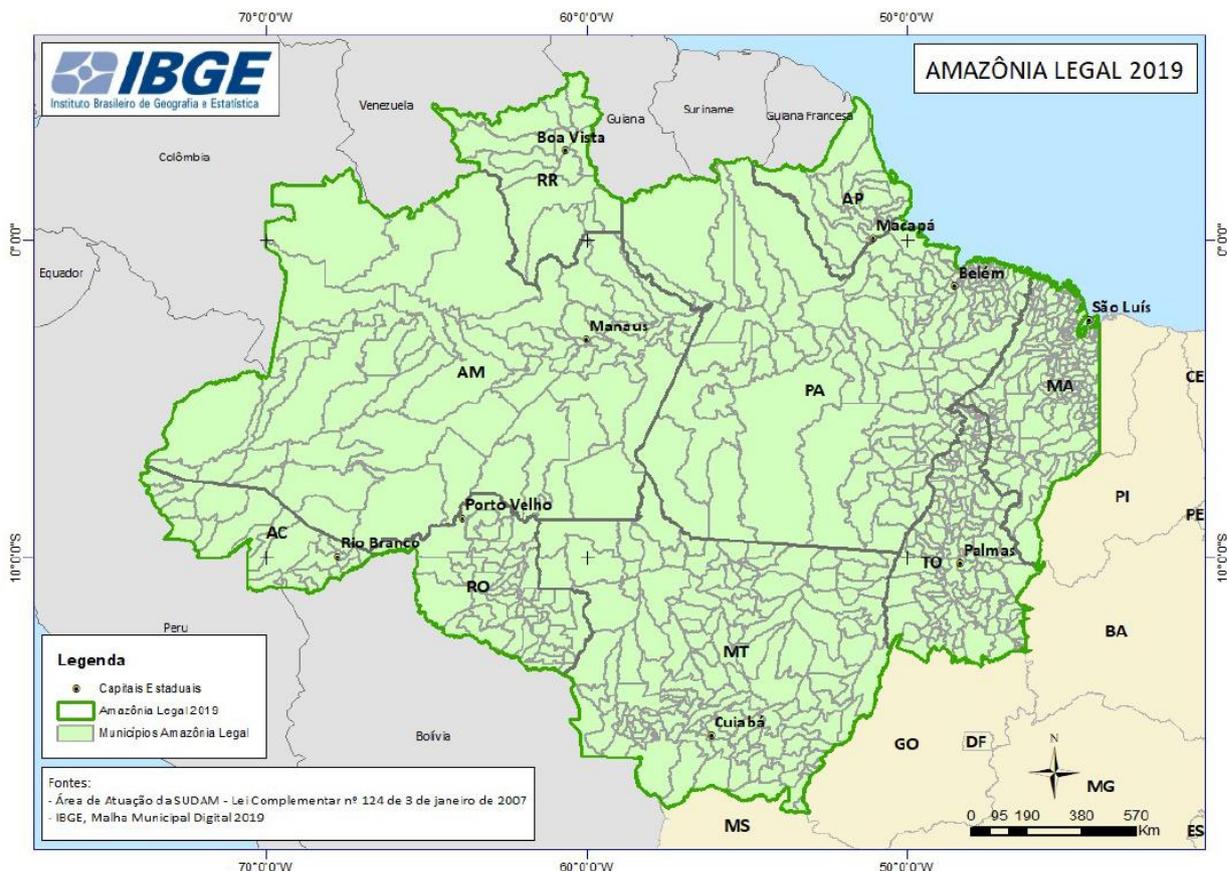


Figura 1 - Amazônia Legal Brasileira 2019. Fonte: IBGE.

É de severa importância um breve apanhado das discussões sobre Estado, no qual se recorre a Wanderley Messias da Costa para tal tarefa.

Costa (1992) afirma que uma conceituação de Estado é acessória a uma tática e a uma estratégia de um grupo político no poder. Para o autor, o Estado moderno, em sua configuração básica atual, tem as suas origens nos séculos XV e XVI, na conjuntura da cessação dos impérios e do poder temporal da Igreja, então perseguido pela emergência do poder dos príncipes. O incessante fortalecimento do poder destes últimos sobre frações territoriais no contexto europeu está na base da formação desse tipo de Estado, “forma política que lhes permitiu enfrentar externamente as ameaças dos impérios e da Igreja e, internamente, as iniciativas dos senhores feudais” (COSTA, 1992, p. 266).

“Não é, portanto, produtivo o debate sobre o "caráter absoluto do Estado", a busca do "Estado em geral", pois esse modo de organização política só pode ser compreendido à luz das sociedades histórico-concretas, o que elimina a possibilidade de uma ideia universal a seu respeito. Não havendo uma forma absoluta, não pode haver uma teoria sobre o "Estado em geral". Isto não significa, por outro lado, a impossibilidade total da teoria, mas apenas a necessidade de que o conhecimento da estrutura estatal deverá dar-se em consonância com as determinações históricas” (COSTA, 1992, p. 267).

Segundo Costa (1992, p. 273) a escalada da burguesia ao poder estatal expandiu ainda mais as suas funções. Para o autor, ainda que na circunstância de embate e/ou conciliação com as velhas aristocracias europeias, os Estados nacionais que se fixaram em muitos países desde o século XVII, dominados hegemonicamente pela burguesia, inclinavam-se a expressar cada vez mais as imposições do novo modo de produção liberal.

Conforme Costa (1992, p. 274-276), “o Estado liberal na fase da livre-concorrência sempre aliou às suas funções coercitivas aquelas específicas da política institucional”. Para o autor, é por isso que não se pode esquecer que foram os Estados liberais, das principais nações europeias, os construtores e guardiães dos amplos e lucrativos impérios coloniais, que, por séculos, mantiveram em seu domínio a maioria das nações africanas e asiáticas. Assim, liberais na esfera das suas respectivas nações, opressores e espoliadores em quase todo o resto do mundo.

Neste viés, para Costa (1992, p. 285-286), com a aceitabilidade do Estado liberal obtido por tais meios, a sua estrutura interior, sobretudo a burocrática, atuou em concordância ao princípio liberal de não-intervencionismo nos negócios privados. Entretanto, para o autor, em países como o Brasil – em que o nível de controle da economia pelo Estado é soberano – a

ação planejadora tende a fundamentar-se de uma particularidade mais centralizadora, até mesmo, autoritária, destacando-se mais a "tecnoestrutura" estatal que a empresarial.

A fim de aprofundar a compreensão das nuances do Estado brasileiro sobre o território amazônico, adentra-se numa perspectiva crítico-normativa do território. Edmilson Brito Rodrigues (2010) destaca que:

“Amazônia, dentro da complexa organização do mundo (...) pode ser vista como um subespaço do território que se apresenta como uma sucessão de diferentes estratos expressos naquilo que é sua própria ‘alma’, porque é a preservação de suas fundações mais seguras, ou seja, as lembranças que estão enraizadas em seu solo. As cidades amazônicas, mesmo as não fundadas às margens de um de seus inumeráveis rios, estão a eles inextricavelmente atreladas. Cabe a cada uma delas (mesmo às assentadas nas terras mais altas, aquelas resultantes das fugas de resistência indígena ao processo de colonização europeu ou pela ação do planejamento autoritário de distintos períodos da formação socioespacial brasileira) a antonomásia de “Flor das Águas” criada pelo geógrafo paraense Eidorfe Moreira (1966) para caracterizar a cidade de “Belém do Pará” devido ao grande significado que o elemento hídrico tem para a vida dessa cidade. É impossível desconsiderar a força que os “rios” exercem nos lugares amazônicos. Na “Flor das Águas” capital do Estado do Pará, por exemplo, a paisagem confunde-se com o acesso ao gigantesco continente da Amazônia sulamericana desde o oceano Atlântico, projetando-se, para além da região andina, no sentido leste-oeste em direção ao Pacífico, por entre os *Pasos*, que indicam passagens naturais (colos) de uma vertente a outra e os *Nudos*, que são centros de dispersão da água em relação às várias ramificações dos sistemas de montanhas (Travassos, 1938). Belém é local de ampla confluência e interpenetrações marítimas e continentais. (...) O rio prendia-a ao continente; o estuário ao oceano” (RODRIGUES, 2010, p. 111).

Para Rodrigues (2010, p. 303), a chancela normativa do território que se concretiza por meio de política pública é, de modo geral, expressão do poder que os agentes hegemônicos têm de impor ao Estado sua racionalidade – a do capitalismo. Para Souza (2019, p.7), o território usado, entendido como categoria de análise social, permite interpretar o processo de constituição dinâmica do território, pois sua existência somente existe quando usado, praticado. Segundo a autora, o território é a expressão histórica do espaço geográfico por nós entendido como instância social “uma indissociabilidade entre sistema de objetos e sistema de ações” – indissociabilidade entendida como expressões e resultados das relações sociais.

Para Edmilson Brito Rodrigues (2010, p. 23), o subespaço do território usado é a totalidade da região, totalidade de um recorte de território usado. Prossegue o autor dizendo que, no caso da Amazônia, tem-se o subespaço amazônico brasileiro como importante foco de estudo, refletindo-se, portanto, sobre um território dinâmico, complexo e em constante movimento de incrementação da variedade técnica nesse subespaço. Para ele, esse incremento ocorre por meio de conflituosas formas de uso – desde as mais tradicionais (ex.: artesanais, rudimentares) vistas sob uma ótica de racionalidade do formato de produção moderno, até as

que se expressam por meio de ações hegemônicas (ex.: obras de engenharia impactante ao meio) se adequando a um tipo de modernização desigual do território.

Conforme Rodrigues (2010, p. 303) a escravidão, os conflitos agrários, os assassinatos orquestrados de lideranças populares e indígenas, os crimes ao meio ambiente, bem como a impunidade, são expressões desses usos contraditórios do território; são peculiaridades do uso do território sob o comando de agentes hegemônicos representados por pecuaristas, empresas frigoríficas, madeireiras, mineradoras, latifundiários do agronegócio, dentre outros ramos do capital financeiro, afirma o autor.

Rodrigues (2010, p. 303) também afirma que esses agentes de uso do território, oligarcas “modernos”, comandam, no território usado, a prática das atrocidades de cunho exploratório criminoso que dão forma a globalização atual. Esses oligarcas querem o descontrole do Estado sobre seus empreendimentos econômicos e sobre seus aparatos contemporâneos de exploração perversa e análoga à escravidão; eles atuam em prol de uma economia desregulada e por direitos trabalhistas minimizados, buscando lucro e índice de exploração máxima do trabalho, nos quais utilizam, para isso, de um território como norma.

Edmilson Brito Rodrigues (2010, p. 303) se refere à configuração territorial produtora de normas como a realidade imposta sob a égide de uma materialidade hierárquica dedicada a perpassar a ação das empresas e a adentrar as densidades técnico-informacionais, fazendo surgir, portanto, o entendimento de que o território é normatizado quando envolvido a normas legais. Todavia, o território é uma unidade dialética detentora de interdependência e interdeterminação, podendo ser norma e/ou normatizado, afirma o autor, desde uma perspectiva miltoniana.

Sendo assim, a subserviência do Estado ao poder das corporações, de forma a trabalhar em função da política das grandes empresas, confunde mais ainda as manifestações do território como norma ou normatizado; no qual a expressão pela abdicação do fazer político é um testemunho da confluência rumo ao aprofundamento da lógica capitalista problemática (RODRIGUES, 2010, p. 303).

Conforme abordagem neoclássica-liberal de Adam Smith (1983, p. 162, *apud* RODRIGUES, 2010, p. 304), desenvolve-se a noção de soberania restrita ao poder do governante. Soberano que é e com um dever claro de defender o território de invasões externas, requer justificadamente o uso de forças militares para empregar sua autoridade. Esse

conceito de defesa do território é, na verdade, a defesa da propriedade privada, contra os que o usem para desestabilizar a ordem espacial. Aqui se abre uma brecha detectável no que tange a conflitos territoriais na Amazônia, onde o Estado/Governo utiliza de sua autoridade para reprimir qualquer insatisfação popular. Como se pode observar, tanto os princípios econômicos da globalização atual quanto às convicções políticas que buscam justificar a criminalização de intentos territoriais contra-hegemônicos, têm clara a fonte liberal como impulso doutrinário, afirma o autor.

“O uso hegemônico do subespaço amazônico é uma espécie de vampirismo financeiro radical. Como em nenhuma parte do mundo, submete-se tão rico meio geográfico à dinâmica da valorização do capital financeiro. Para isso, busca-se arrasar todas e quaisquer formas de resistência que, todavia, afloram dos mais diversos lugares, inclusive daqueles mais rarefeitos, viscosos e opacos, à racionalidade capitalista. A normatização do território dirigida pelo Estado, em função da racionalidade hegemônica é uma forma de “política pública” eficaz para a lógica do lucro, haja vista que torna o território dócil aos usos desses agentes hegemônicos e hostil a quem usa o território como bem social e não como bem econômico mercadológico” (RODRIGUES, 2010, p. 304-305).

Rodrigues (2010) diz que o Estado finge que manda, mas, na verdade, entra em um jogo de dominação-subserviência. Os agentes hegemônicos, estes sim, verdadeiramente, comandam; pois, através da coerção financeira, detém o poder de orientar e comandar a política a ser adotada pelas instituições do Estado. Para ele, na contramão das predileções do território, os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário cumprem função de agentes coadjuvantes das forças exógenas propulsoras dos eventos que, verticalmente, concedem a retirada de qualquer empecilho que possa complicar a tecnificação. Essa, a tecnificação, é considerada basilar para o estabelecimento das redes técnicas que pavimentam a fluidez do território, ação que se faz requisitada pela acumulação voraz do capital e que não comporta barreiras ao processo de apoderamento da mais-valia universal (RODRIGUES, 2010, p. 305).

De forma conclusiva, Rodrigues (2010) entende que essa lógica que transforma tudo – até mesmo o que, em tese, não possui valor-trabalho – em commodities, faz acreditar que nada parece escapar ao poder normativo hegemônico do território; essa situação é perceptível ao se observar à biodiversidade e os demais recursos da Amazônia, vistos como bens naturais mercadorizados (RODRIGUES, 2010, p. 305).

Em complemento e considerando uma abordagem geopolítica da Amazônia, Bertha Becker (2005, p. 77) diz que esta região está sob a soberania de Estados Nacionais, dentre eles o Brasil, e que profundas mudanças estruturais ocorreram na Amazônia, onde a sociedade

civil organizada, os governos estaduais e a cooperação internacional desempenham papel decisivo, hoje em dia.

Bertha Becker (2005) afirma que este contexto geopolítico, sobretudo na década de 1980 e 1990, gestou opiniões mundiais acerca do poder de gerenciar a Amazônia que impactaram até o Direito Internacional, ao suscitar a ideia de soberania compartilhada da Amazônia. No entanto, tal qual a autora, desde o início do século XXI, são gradativos os interesses ligados à valorização do capital natural, que tenciona a se sobrepor à lógica cultural – tendência que se confirma na atualidade (BECKER, 2005, p. 77).

Becker (2005) observa que há um processo de mercantilização da natureza, onde elementos naturais estão se transformando em *mercadorias fictícias* (Karl Polanyi), pois essas mercadorias – o ar, a água, a biodiversidade – não foram produzidas para venda no mercado; no entanto, por meio dessa ficção, são concebidas como mercados reais – processo esse que se inicia na era da industrialização, ao passo que: terra, dinheiro e trabalho, transformaram-se nas ditas mercadorias fictícias (BECKER, 2005, p. 77).

Neste viés, essa geógrafa questiona: “o que é o protocolo de Kyoto se não o mercado do ar?” E, logo em seguida, responde:

“é a tentativa de estabelecer cotas de emissão de carbono nos países fortemente industrializados e poluidores em troca de manutenção de florestas em países com elas dotadas. O mercado do ar é o mais avançado. Em outras palavras, esses mercados reais tentam se institucionalizar em fóruns globais, o que também é uma vertente nova dentro do Direito Internacional” (BECKER, 2005, p. 77).

Essa autora apresenta algumas das inúmeras aquisições de território – logo de toda a biodiversidade e bens naturais que nele há – por parte de empresas internacionais. Não é fantasia, e muito menos novidade, a concepção de que na Amazônia está em andamento a transformação de bens da natureza em mercadorias. Para ela, o movimento de mercantilização é inconvertível, sendo necessário refletir e saber como lidar com ele. Bertha Becker acredita que caberia ao governo e à sociedade digladiar em prol da regulação desses mercados de uma forma bem negociada (BECKER, 2005, p. 78).

Em sentido aproximado, os estudos de Souza (2009, p. 102-103), Costa e Scarlato (2019) e Costa e Steinke (2013) [os últimos influenciados pela primeira] apresentam forte crítica a uma geografia incapaz de avançar no debate sobre meio ambiente e sustentabilidade, pela falta de rigor epistemológico ou incompreensão do espaço geográfico como categoria de pensamento e os usos do território como possibilidade de leitura concreta do mundo. Essas

questões devem ser consideradas para um efetivo estudo amazônico em defesa da floresta e de seus povos.

A crítica de Maria Adélia de Souza (2009) sobre meio ambiente e desenvolvimento sustentável como metáforas do capitalismo, se assegura em reflexões que questionam: a adesão impensada da academia ao conceito de sustentabilidade, uso do termo “sustentabilidade” como discurso político-ideológico, meio ambiente e desenvolvimento sustentável são falsos problemas acadêmico-científicos (na verdade são metáforas) e a fuga da problemática real, a da desigualdade:

“A Universidade assumiu apressadamente o conceito da sustentabilidade e do ambiental, importando-os das agências financiadoras internacionais, sem ter tornado pública uma discussão teórica mais consistente. O conceito foi nela introduzido sem crítica, pois os estudos e teses produzidos nos inúmeros programas de pesquisa não cuidaram do rigor metodológico, isto é, de um método que se ajuste às características do funcionamento deste mundo novo em que vivemos. As matrizes montadas se revelam inconsistentes do ponto de vista do método: não há rigor disciplinar, nem interdisciplinar e sequer transdisciplinar. O que prevalece é o método analítico em um mundo impregnado de contradições. Conceitos são justapostos para montagem de um vigoroso discurso político-ideológico. Não há, porém, a produção de um rigoroso texto teórico sobre a questão ambiental no Brasil. (...) a hipótese de reflexão central é a de que meio ambiente e desenvolvimento sustentável são falsos problemas acadêmicos e científicos. O que existe são processos geográficos, biológicos e processos geológicos interagentes e que podem e devem ser cientificamente estudados. Meio ambiente e desenvolvimento sustentável são metáforas, discursos políticos e não temas científicos. (...) A ritmicidade do mundo acelerou-se com as disponibilidades técnicas atuais, implodindo qualquer tipo de proposta baseada em sustentabilidade. A sustentabilidade é uma metáfora poderosa e que acoberta o tema do qual precisamos tratar, falar, discutir: o da desigualdade” (SOUZA, 2009, p. 102-114).

Ao se pensar sobre a mercantilização do território, há de se levar em consideração a assertiva de Milton Santos acerca de que a globalização atual, marcadamente reconhecida pelo período técnico-científico e informacional, é essencialmente totalitária e, portanto, caracterizada pelo que se chama por *globalitarismo*. Esse termo criado por Santos (2001) aponta para a percepção do que ele chama por violência estrutural: aquela que está na base da produção das outras violências e constitui a violência central original, sendo o resultado das manifestações conjuntas da era da globalização (SANTOS, 2001, p. 55).

Segundo Santos (2001, p. 55-56), essa era é marcada pela voracidade do dinheiro, da competitividade e da potência em estado puro, cuja associação incide ao entendimento de novos totalitarismos, estando, a atual época, sob a face do globalitarismo. Para o autor, simultaneamente, manifesta-se a perversidade sistêmica, fenômeno identificado a partir da interpretação de que situações de crueldade manifestadas de forma isolada, agora, se instalam

sistematicamente; consagrando, afinal, o fim da ética e da política, devido a serem resultados e causas da legitimação do dinheiro, da competitividade e da potência em estado puro.

“(...) instalam-se a competitividade, o salve-se quem puder, a volta ao canibalismo, a supressão da solidariedade, acumulando dificuldades para um convívio social saudável e para o exercício da democracia. Enquanto esta é reduzida a uma democracia de mercado e amesquinhada como eleitoralismo, isto é, consumo de eleições, as “pesquisas” perfilam-se como um aferidor quantitativo da opinião, da qual acaba por ser uma das formadoras, levando tudo isso ao empobrecimento do debate de idéias e a própria morte da política. Na esfera da sociabilidade, levantam-se utilitarismos como regra de vida mediante a exacerbação do consumo, dos narcisismos, do imediatismo, do egoísmo, do abandono da solidariedade, com a implantação, galopante, de uma ética pragmática individualista. É dessa forma que a sociedade e os indivíduos aceitam dar adeus à generosidade...” (SANTOS, 2001, p. 54).

Mais uma vez, Milton Santos aponta questionamentos e acepções que chacoalham o pensamento geográfico reflexivo, elevando a consciência da realidade e dos desafios postos ao nível da consciência socioespacial e de superação do globalitarismo.

Este globalitarismo dialoga intimamente com o entendimento de Costa (1992) acerca da coercibilidade do Estado em suas ações. O território usado amazônico e as nuances do Estado sobre este território confirmam o que Rodrigues (2010) diz acerca do Estado fingir que manda, mas, na verdade, ser comandado pelos “oligarcas modernos” que dominam a economia de mercado e, também, se apossam do Estado, atuando por meio da política.

Costa (1992, p. 287) é cirúrgico quando aponta que a segunda metade do século XIX foi marcada por um fervoroso processo de organização institucional da política, que se fez segundo os moldes dos princípios liberais. Segundo o autor, os partidos tradicionais, que representavam os interesses de parte das classes dominantes, revigoraram-se, revezando-se no poder e nutrindo no patamar da política institucional e de todas as formas de coerção a sua hegemonia sobre a sociedade como um todo.

No próximo subcapítulo será estudado o processo de ocupação da Amazônia, a trajetória de dominação portuguesa sobre Marajó, as qualidades físicas deste território contíguo a rios, e, também, o ordenamento territorial histórico dirigido pelo Estado liberal-democrático. As notas históricas acerca do uso do território marajoara concluem este capítulo.

1.3 – ILHA DE MARAJÓ: NOTA HISTÓRICA DO USO DO TERRITÓRIO

Segundo Gonçalves et al. (2016, p. 107) o estuário amazônico é formado pela confluência de duas grandes bacias: a do rio Amazonas e a do Tocantins-Araguaia, desaguando no oceano Atlântico. Entre a afluição dessas águas, situa-se Marajó, região formada por inúmeras ilhas, constituindo o maior arquipélago fluviomarinho do planeta, segundo os autores (ver figura 2).

Conforme Gonçalves et al. (2016), Marajó é palco de uma riqueza natural única, constituída de campos naturais, planícies alagadas e densas florestas; tendo abrigado, no período antecedente a colonização europeia, exímias sociedades complexas, organizadas em cacicados (sob chefia de caciques). Prosseguem os autores dizendo que, a partir do final do século XV, Marajó torna-se cenário de batalha entre potências europeias que desejavam o domínio da região amazônica, demarcando, em seguida, o início da expansão de domínio português sobre a Amazônia; fato histórico marcante que criou as condições de conformação territorial do Estado brasileiro (GONÇALVES et al., 2016, p. 107). Tudo isso denota que o uso do território revela nuances processuais históricas que conformam a política atual.

Mapa das Mesorregiões do Estado do Pará

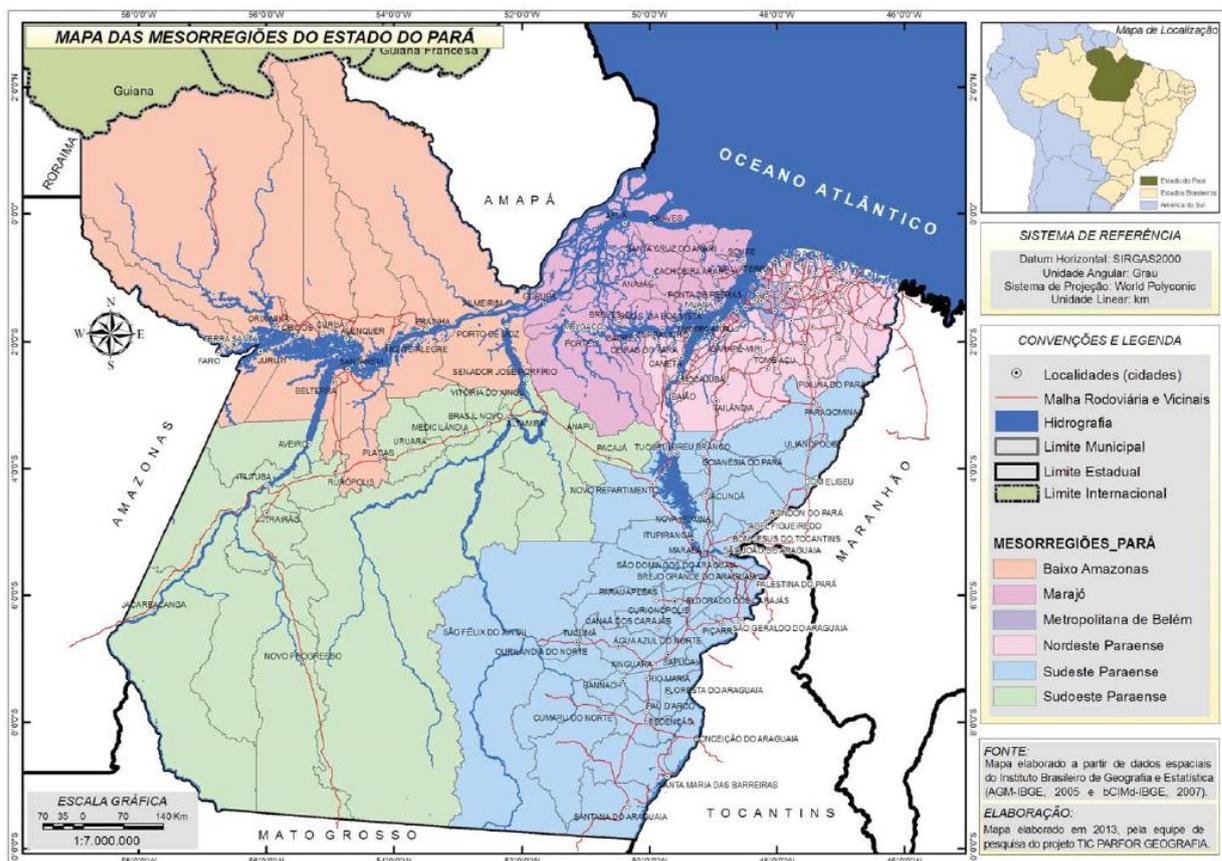


Figura 2 - Fonte: Atlas Geográfico Escolar do Estado do Pará. GAPTA/UFPA, 2013.

Segundo Gonçalves et al. (2016, p. 107), as diversas ilhas e as alongadas áreas de várzea constituem grandes polígonos de terra sob domínio da União Federal, ocupadas por comunidades tradicionais ribeirinhas que rivalizam o território com supostos “donos”, empresas e unidades de conservação. Conforme os autores, a ilha de Marajó – acidente que se destaca na faixa equatorial austral do território brasileiro tanto por sua multiforme constituição geomorfológica quanto por sua grandeza de cerca de 49.000 Km² – tem colocação geopolítica e territorial estratégica na grande embocadura do rio Amazonas, ou no chamado “Golfão Marajoara” (ver figura 3).

Segundo Barbosa et al. (1974) e Ab’Saber (2004), a boca norte da foz do Amazonas banha as modestas cidades de Afuá e Chaves, e também as ilhas de Caviana e Mexiana; a sudoeste da ilha grande marajoara, na Baía das Bocas, localiza-se Breves; na parte ocidental do arquipélago, a sudoeste, os municípios: Gurupá, Melgaço, Portel e Bagre; ao sul, banhados pelo rio Pará (Furo Santa Maria), localizam-se Currálinho, São Sebastião da Boa Vista e Muaná; a leste e noroeste, na retroterra (hinterlândia) firme de Marajó, encontram-se Ponta de Pedras, Cachoeira do Arari, Soure, Salvaterra e a pequena Santa Cruz do Arari (localizada às margens do lago Arari); e no interior (no centro) da ilha grande, está o município de Anajás.

Mapa da Mesorregião do Marajó – PA

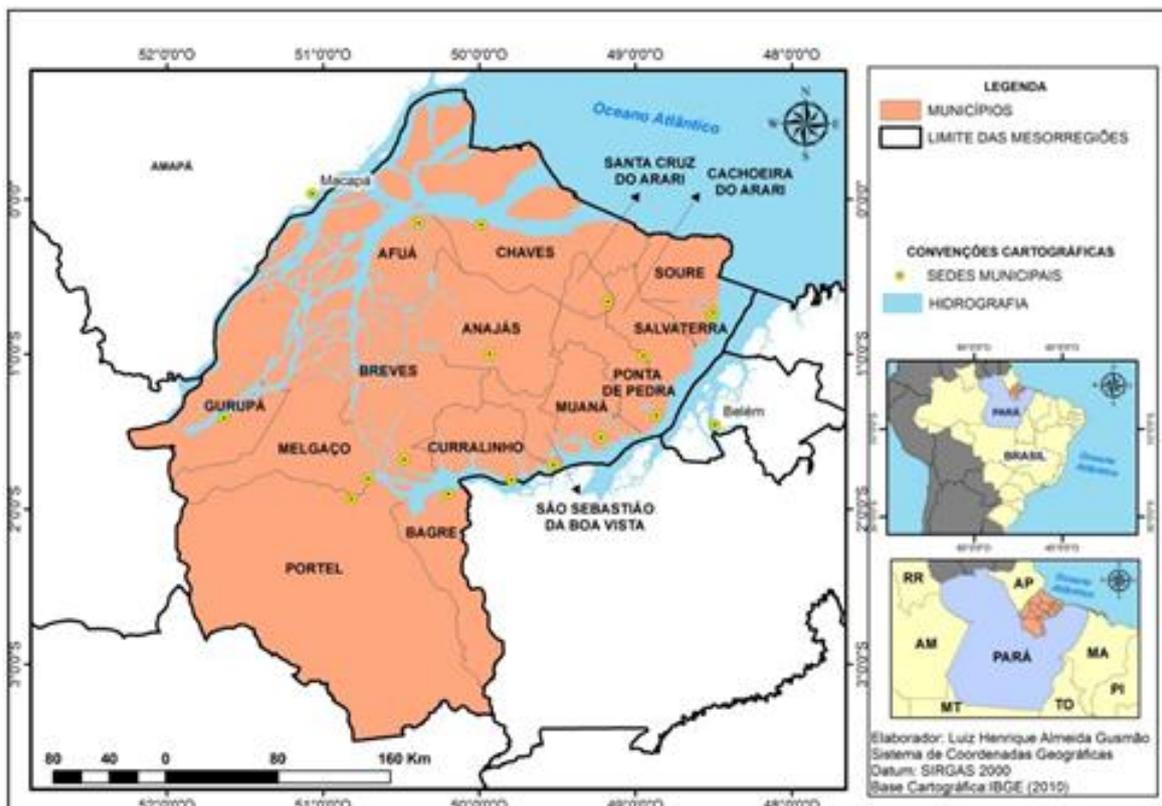


Figura 3 - Fonte: GUSMÃO L. H. A. O uso de mapas temáticos na avaliação de indicadores ambientais da mesorregião Marajó, Pará/Brasil. UFPA, 2015.

Acerca de elementos históricos da ocupação territorial marajoara Gonçalves et al. (2016, p. 112) afirmam que a ocupação da ilha do Marajó tem elementos multifacetados, nuance que também é observada no processo de ocupação da Amazônia brasileira. Os autores explicam que a Amazônia, ao ser lar primário de incontáveis grupos indígenas, foi moldada pelas crueldades do processo de conquista advindo da chegada dos europeus ao continente e, por ação desses, uma conseqüente remodelação perversa do território; seja pelo advento dos escravos fugidos (tanto negros como índios), seja pelos rearranjos socioeconômicos da segunda metade do século XX.

Segundo Gonçalves et al. (2016, p. 112), ao longo do período pré-colonizatório, grupos indígenas diversos se desenvolveram, enquanto outros grupos foram extintos, ainda que estes últimos não tenham deixado de marcar sua passagem pela ilha, promovendo heranças. Os autores afirmam que se evidenciaram, a partir de diferentes pesquisas arqueológicas, estratégias de grupos indígenas que buscavam garantir sua subsistência ao longo do tempo; estes grupos reproduziam recursos culturais que ainda hoje são praticados, por exemplo, a pesca, a caça e a coleta/manejo dos recursos naturais.

Para Schaan, Martins e Portal (2010, p. 73-74), a existência de grupos indígenas antecessores ao contato com os europeus remonta cerca de 3.500 anos de história, o que se refere a cerca de três mil anos antes da invasão europeia à ilha.

De acordo com Gonçalves et al. (2016), apesar de as investidas iniciais sobre a região datam do fim do século XV, elas se intensificaram somente a partir do século XVII, onde o território de Marajó foi palco de duras disputas entre nações europeias, destacadamente Portugal e Holanda. Neste período temporal, a Ilha de Marajó era denominada Ilha de Joanes, possuindo posição excepcional e estratégica no que se refere aos interesses e às disputas do período colonial, conforme os autores.

Vale a pena recuperar o descrito pelo Padre Antônio Vieira em uma de suas cartas ao rei Dom João IV, no período colonial:

“Na grande boca do rio das Amazonas está atravessada huma ilha de mayor comprimento e largueza que todo o Reyno de Portugal, e habitada de muitas naçoens de índios, que por serem de línguas diferentes, e diffícultosas, são chamados geralmente Nheengaibas” (VIEIRA, 1735, p. 22).

Consoante Pereira (2007), a guerra luso-holandesa (1630-1654) é testemunho dos interesses geopolíticos pela ilha, no qual se destaca a envoltura protagonista de nações que precedem à colonização como peças-centrais das disputas em jogo. Para o autor, o conflito se

relaciona à rixa entre índios *nheengaiabas* – aliados dos holandeses, especialmente devido ao acentuado comércio de peixe-boi entre ambos, cujo domínio territorial remete a porção norte da ilha – e os *tupinambás*, da costa sul, coligados aos portugueses. Conforme o autor, Padre Antônio Vieira era fervoroso opositor à guerra, visto que considerava impossível que os portugueses a vencessem, em razão das substanciais dificuldades encontradas. Esse sacerdote acreditava que a descortesia do terreno, de hidrografia extraordinariamente complexa, e regida há tanto tempo pelos defensores em número por ele estimado em até 50 mil índios, foi motivação predominante para os consecutivos fracassos (PEREIRA, 2007, p. 196).

“O episódio culmina com a investida de Vieira em estabelecer a paz com os índios da nação *nheengaiaba*. Assim, envia dois índios principais convertidos (também *nheengaiabas*) como embaixadores, levando consigo uma carta-patente de sua autoria, propondo as pazes, sob garantia da lei de abolição dos cativeiros de 9 de abril de 1655” (GONÇALVES et al., 2016, p. 113).

No concernente a primeira investida dos jesuítas em territórios *nheengaiabas*, na labiríntica rede estuarina dos Furos de Breves, Serafim Leite narra, em História da Companhia de Jesus no Brasil, os obstáculos e o declínio da incursão. Em suma, este autor relata que devido à desconfiança, resistência e conseqüente retaliação dos indígenas *nheengaiabas*, a proposição de paz não teve resultado, levando os portugueses a optar pelo uso de armas para domar aqueles índios (LEITE, 1943a, p. 237-238).

Segundo Pereira (2007), as duas tentativas armadas de conquista da ilha foram um fiasco. A primeira, do donatário de Cameté, Feliciano Coelho, com muitas mortes de ambos os lados e, a segunda, do padre João Sotto-Maior que, como analisa Pereira (2007), freou a resistência indígena fomentando a conciliação e a conseqüente integração das ilhas ao estado do Maranhão e Grão-Pará. Esse fato histórico se deu nas pazes de Mapuá (onde se localiza o município de Breves-PA atualmente) entre 22 e 27 de agosto de 1659, demarcando o desfecho dos *nheengaiabas* ao decidirem por cessar os combates que já perduravam 36 anos, desde a tomada do forte holandês de Mariocai [Gurupá] (PEREIRA, 2007, p. 196-197).

De acordo com Gonçalves et al. (2016 p. 114-115) o evento “pazes dos Mapuá”, ocorrido em 1659, é episódio geopolítico chave para a história colonial do Brasil e para a compreensão da formação territorial do Marajó. Como defendido pelos autores, esse evento é considerado um marco diplomático da colônia e da própria estruturação territorial brasileira, sobretudo pela relevância estratégica da ilha de Joanes, a porta de entrada do rio Amazonas.

Segundo o Plano de Desenvolvimento Territorial Sustentável para o Arquipélago do Marajó (PDTSAM), boa parte da população indígena foi dizimada à época das ofensivas bélicas portuguesas, frente às nações indígenas que habitavam a então Ilha Grande de Joanes. Conforme o PDTSAM, esses povos indígenas foram vorazmente escravizados pelos portugueses que tomaram para si extensas áreas de terras mediante concessões de sesmarias. Entre 1721 e 1740 distribuíram-se mais de 50 sesmarias (PDTSAM, 2007, p. 17-18).

Consoante o levantamento histórico do PDTSAM (2007, p. 18), os engenhos e fazendas do século XVIII e XIX utilizaram extensivamente do trabalho de africanos e indígenas escravizados. Segundo esse levantamento, a força de trabalho escravizada era largamente utilizada nas fazendas de gados e búfalos; gerando, portanto, a resistência à escravidão por intermédio de fugas e pela formação de quilombos e mocambos nas várias regiões do arquipélago.

“No presente, os descendentes dessa população de índios e negros que desenvolvem atividades como extratores, roceiros e pescadores, lutam para permanecer em seus territórios ocupados centenariamente ou o fazem muitas vezes nos meandros das fazendas nos campos do Marajó” (PDTSAM, 2007, p. 18).

Segundo Pacheco (2010), notoriamente, o conjunto desses relatos e crônicas é a descrição viva de encontros entre culturas que resultaram em genocídios (e epistemicídios) perante a concretude de um projeto eurocêntrico apoiado na perspectiva política da espoliação territorial, da evangelização de novas almas e do acúmulo e apropriação de riquezas. Conforme o autor diz, faz-se evidente que tais ordenamentos dizimaram incontáveis nações indígenas que, ao se perceberem coagidos a criar outras táticas de combate e resistência, elaboraram novas fronteiras e configurações étnicas, políticas e culturais. “Os moventes sentidos e desdobramentos daqueles encontros iniciais parecem, no entanto, ainda hoje atormentar a escrita da história regional” (PACHECO, 2010, p. 15). Gonçalves et al. (2016, p. 116) reforça tais ideias ao assegurar que:

“As terras do Marajó pertencem historicamente a inúmeras famílias que se estabeleceram na região, cuja ancestralidade é milenar, considerando-se a indígena e, uma ancestralidade mais recente, porém secular, a africana, que chegara à região para servir de mão de obra escrava ao colonizador e, ainda, de nordestinos do semiárido, que migraram para região a fim de trabalhar nas colocações de borracha da Amazônia oriental no fim do século XIX, início do XX. Grosso modo, esse processo histórico característico da formação territorial da Amazônia deu origem a um campesinato de várzea, cuja reprodução de seus territórios tem se baseado no uso múltiplo dos recursos, envolvendo agricultura, pesca, extrativismo de recursos florestais, caça, criação de animais de pequeno porte, além da bubalinocultura e do gado bovino, criados em pequena escala”.

Tudo o que foi visto ao longo do Capítulo I aponta para a reflexão do que vem a ser o uso passado do território, isto é, do território usado, somente desta forma será possível compreender a paisagem presente. Milton Santos (2006, p. 92) diz que as rugosidades são “o que fica do passado como forma, espaço construído, paisagem, o que resta do processo de supressão, acumulação, superposição, com que as coisas se substituem e acumulam em todos os lugares”; portanto, se faz coro à necessidade de estudo e compreensão do processo histórico dos usos do território que levaram a tal situação (paisagem) atual, ao uso do território até aqui.

De acordo com Santos (1988, p. 21) paisagem é tudo aquilo que se vê, o que a visão alcança, é a materialização de um instante da sociedade. Esse conceito é oportuno, pois para Maria Adélia de Souza (2019, p. 12), as formas geográficas herdadas estão conectadas a concepção do que se denominou por espaço paisagem, que é o testemunho de um momento de um modo de produção, o testemunho de um momento do mundo, ousadamente falando “o testemunho da paisagem em movimento”, diz a autora.

Souza (2019) nos ensina que ao ter a paisagem como porta de entrada para as reflexões sobre o território, se faz necessário estudar as formas remanescentes deste até o presente, a fim de compreender a totalização do fenômeno urbano. Esta totalização do fenômeno urbano é o território usado e, por isso, no próximo capítulo, o estudo da rede urbana na Amazônia será o principal objeto de estudo.

De agora em diante, entrar-se-á no universo contemporâneo do território usado na Ilha de Marajó, destacando-se as diversas singularidades e desafios enfrentados pelos povos marajoaras. As desigualdades socioterritoriais, o “Estado” de acesso ao transporte fluvial, à educação escolar, à saúde e ao emprego, serão pontos destaque dos capítulos que se seguem.

CAPÍTULO II – A APARENTE INÉRCIA DO ESTADO E USOS DO TERRITÓRIO

2.1 – INTRODUÇÃO À REDE URBANA NA AMAZÔNIA

Segundo Trindade Junior (2015), questiona-se frequentemente a concepção de Amazônia como um gigantesco espaço vazio. Para o autor, essa visão é manifestada em discursos diversos, de forma a definir a Amazônia como uma região de ocupação descontínua, com população rarefeita, de desenvolvimento embrionário e marcada por civilizações não modernas. Conforme o autor, os diversos olhares que aparentam captar a região, sempre o fazem de fora. Prossegue o autor dizendo que é dessa perspectiva que surge o obstáculo de reconhecer a Amazônia a partir de propriedades endógenas, “como se essa região estivesse em uma espécie de linha e escala evolutivas cuja referência parece ser outros mundos, outras civilizações, outras regiões” (TRINDADE JR, 2015, p. 306).

Para captar um olhar endógeno, fizeram-se observações *in loco*, empíricas, e que serão abordadas posteriormente no presente trabalho. Por enquanto, para melhor compreensão dos fenômenos observados nas comunidades marajoaras Intel I, Intel II e Magebras – pertencentes ao município de Breves - PA – recorre-se a outros dois importantes geógrafos que abordam as temáticas amazônicas. Roberto Lobato Corrêa e Saint Clair Cordeiro da Trindade Junior nos dão importantes contribuições teórico-geográficas para o entendimento das redes urbanas na Amazônia, este conteúdo é considerado de suma importância para o presente texto.

Ainda, se faz interessante observar as especificidades urbanísticas do território amazônico brasileiro, a fim de compreender objetivamente a heterogeneidade deste recorte, bem como nuances do uso-territorial desta região sul-americana.

Quando se fala sobre questões urbanísticas na Amazônia, deve-se considerar o fato de que a diversidade regional brasileira parece não ter sido levada a cabo no processo de execução dos programas habitacionais dos municípios da região amazônica. Rovaine Ribeiro (2014, p. 24-25) aponta que há a dimensão do concebido (a política habitacional) e do vivido (a diversidade regional, dada pelas particularidades urbanas), em que se expressa certo grau de exclusão da política habitacional pensada para a diversidade do território brasileiro. Assim, segue-se a ideia de que o que tem sido caracterizado como urbano para o desenvolvimento da política habitacional brasileira traz como axioma um urbano ideal, imaginário, uma forma hegemonicamente pré-estabelecida.

Desta forma, para Ribeiro (2014, p. 25), ainda que municípios, ou comunidades urbano-amazônicas, geograficamente situadas na mesma região – na Amazônia ou na Ilha de Marajó (por exemplo) – deem a ideia de que são semelhantes devido à localização aproximada, deve-se compreender que estes territórios se desenvolveram a partir de dinâmicas socioespaciais específicas. Para a autora, tais especificidades construídas ao longo do tempo por diferentes sujeitos, tempos e espaços configuram-se, a partir da ótica do processo de urbanização, em diferentes dinâmicas socioespaciais que reivindicam a necessidade de adequação a uma abordagem relacional para sua compreensão.

Para Ribeiro (2014), é preciso entender que a dinâmica urbana e os processos socioespaciais dos municípios amazônicos conclamam por uma compreensão que englobe suas relações com o mundo exterior, de forma que sejam consideradas suas especificidades intraurbanas. A autora afirma que no contexto da região amazônica, a urbanização ocorreu de forma desigual e combinada ao longo dos anos.

Segundo Roberto Lobato Corrêa (2015), as redes urbanas com formas complexas são as que se caracterizam pela presença de variados padrões locacionais de centros na *hinterlândia* (território interiorizado e contíguo a um rio ou mar) de uma cidade regionalmente relevante. Conforme o autor, a título de exemplo, escalonam-se os seguintes tipos de *hinterlândia*: em uma fértil e densamente povoada planície, numa confluência de rios, numa localização portuária, em torno de um centro industrial antigo que originou, ao passar do tempo, uma concentração urbano-industrial, dentre outros (CORRÊA, 2015, p. 38).

Portanto, para Corrêa (2015, p. 38-39), a rede dendrítica é a forma espacial simplificada da rede urbana, comum nos países colonizados. Para o autor, o padrão dendrítico caracteriza-se pela presença de uma cidade primaz – que foi primariamente constituída no território – localizada mirabolantemente à *hinterlândia*, comumente interligada à embocadura de um rio navegável. Para o autor, esta tipificação de cidade é geneticamente antecedente à ocupação da área à retaguarda e a criação de outros centros da rede urbana ao qual está inserida; logo, se caracteriza por ser a porta de entrada e saída de sua *hinterlândia*.

Roberto Lobato Corrêa (2015) traz o entendimento de que a periodização (com viés em Milton Santos) é uma operação intelectual que possibilita definir os tempos históricos, no qual o pesquisador torna visível e inteligível a forma específica da totalidade social vinculada ao espaço geográfico. Para o autor, a totalidade social é constituída de um arranjo das instâncias econômica, jurídico-política e ideológica, em que, cada uma das instâncias possui

seu tempo próprio de desenvolvimento e sua única temporalidade, sendo dotada de uma relativa autonomia no arcabouço da totalidade social. Assim, no entendimento deste autor, a organização espacial pode ser periodizada, defrontando-se, o pesquisador, com a presença simultânea de heranças do passado e de elementos do futuro. “A periodização da organização espacial é, neste sentido, a história espacializada, espacializando-se e a espacializar-se” (CORRÊA, 2015, p. 182-183).

“A possibilidade de periodização da organização espacial inclui tanto a organização global como uma organização específica, a rede urbana ou um determinado lugar, uma cidade, por exemplo. (...) A periodização espacial é a reconstrução do tempo espacial, isto é, a colocação em evidência dos momentos diferenciados que caracterizam o processo de elaboração da organização espacial” (CORRÊA, 2015, p. 182-183).

Essa possibilidade de periodização do espaço é uma proposta trazida por Milton Santos no já clássico “Por uma Geografia Nova”, em que afirma que cada lugar, cada região, apresenta uma realidade socioespacial que resulta de uma combinação singular de variáveis que datam de idades diferentes; é o denominado *tempo espacial* próprio a cada lugar. O autor também afirma que “a força motriz é a *totalidade social* que se encaixa numa adequação dinâmica as condições preexistentes por meio de uma variedade de processos políticos, econômicos, culturais, ideológicos etc” (SANTOS, 2012, p. 217-218).

Segundo Corrêa (2015, p. 184), as diferenças entre os tempos espaciais dos diversos segmentos de uma rede urbana podem ser extensas. Para o autor, alguns segmentos incorporavam vários momentos da história, enquanto outros podem ser muito recentes, incorporando apenas o presente. Essas diferenças refletem os momentos históricos em que cada segmento foi gerado, sua “inércia dinâmica”, ou o modo como manteve continuidade e continua “vivo” no presente, expressando variáveis que têm significados e pesos específicos dentro da totalidade social, como aponta Milton Santos (2012). Para Corrêa (2015) em termos espaciais, a ação dos processos gerais não se dá com a mesma intensidade, podendo manifestar-se intensamente em uma dada área e não manifestar-se ou fazê-lo fracamente em outras. O autor conclui este raciocínio afirmando que a periodização verifica-se de modo espacialmente desigual.

Outra importante alusão acerca do tempo espacial correlacionado ao uso do território é dada por Souza (2019, p. 12) ao dizer que a Geografia – enquanto ciência que estuda o presente – recorre às formas do passado buscando identificar as ações da dinâmica da divisão territorial e internacional do trabalho que se encontram expressa pelos usos do território. Para

a autora, o espaço geográfico – *espaço banal* – aquilo que se estabelece a tudo e a todos, é o fundamento das reflexões no concernente aos usos do território.

Para Corrêa (2015), as relações entre periodização e escala espacial são, por sua vez, similares àquelas em que, em uma determinada escala de tempo, divide-se a história. Analogamente, o autor diz que é possível conceber a periodização da organização espacial da rede urbana da Amazônia; em outra escala, a rede urbana da Amazônia pode ser periodizada, tornando evidentes os tempos do qual sua organização fez-se diferenciada. Porém, o autor deixa claro que na periodização não se privilegia a diferenciação de áreas, das quais são provenientes as regiões: “privilegia-se a sequência de tempos, cada um caracterizando-se por uma combinação desigual de elementos que afetaram a organização espacial” (CORRÊA, 2015, p. 184-185).

“A periodização é função da escala espacial que se considera: maior a escala espacial, isto é, menor a região ou a cidade, mais complexa é a periodização, pois esta irá refletir uma particularização mais aguda dos processos gerais que afetam regiões maiores, particularização esta que é fator da diferenciação espaço-temporal” (CORRÊA, 2015, p. 185).

Consoante Corrêa (2015), há períodos longos e curtos de intensidade e variedade dos processos gerais em que uma região é submetida, pois não apresentam a mesma duração e, por isso, caracterizam-se por obterem periodizações temporais desiguais. Neste viés, o autor mostra que, no caso da Amazônia, o período em que a rede urbana foi influenciada pela Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão é muito mais curto que aquele que o sucede, no qual se caracteriza pela estagnação econômica e urbana. Para o autor, estes períodos curtos podem ser intensos e, por isso, não menos importantes para a rede urbana regional (CORRÊA, 2015, p. 185-186).

Conforme Corrêa (2015), ao se considerar a rede urbana objeto da periodização, é necessário considerar os elementos de variação espaço-temporal, aqueles elementos gerais atinentes a uma rede urbana. Prossegue o autor dizendo que os elementos da rede urbana a serem considerados devem contemplar sua gênese ou de seus segmentos, como: a forma espacial das cidades e da rede, a paisagem urbana das funções urbanas, as relações entre os agentes sociais envolvidos no processo de produção e as articulações externas à rede. Para o autor, esses elementos estão relacionados aos demais, logo, a gênese urbana – o momento em que foi criado um dado segmento da rede urbana, o modo, o agente e a finalidade da criação – se expressa na localização relativa e absoluta da cidade ou da rede urbana (CORRÊA, 2015, p. 186).

O que foi observado em campo ou empiricamente, no que diz respeito à gênese das comunidades visitadas, aponta para uma gênese urbana oriunda das sesmarias concedidas à família Breves, que dá nome ao município atualmente. Esse histórico será aprofundado no subcapítulo seguinte, em que será abordado o histórico da macrorregião de Marajó e as consequentes desigualdades socioterritoriais oriundas deste processo. Ademais, continuemos o entendimento acerca da rede urbana amazônica, para que posteriormente seja aumentada a escala de análise com foco nas comunidades inspiradoras do presente trabalho.

Segundo Corrêa (2015, p. 188), admitem-se as seguintes condições necessárias para a existência de uma rede urbana: primeiramente, deve haver uma economia de mercado que produza e negocie com outros mercados não produzidos local ou regionalmente – esta condição tem como premissa básica um grau mínimo de divisão territorial do trabalho; em segundo lugar, deve-se verificar a presença de pontos fixos no território onde as trocas comerciais acima referidas são realizadas, mesmo que com periodicidade variante; tais pontos pendem a aglutinar outras atividades conectadas a esses negócios – inclusive as de controle político-administrativo e ideológico – transformando-se, portanto, em núcleos de povoamento dotados, inclusive, de atividades distintas das de produção agropecuária e de extrativismo vegetal, como: comércio, serviços e atividades de produção industrial.

“A rede urbana da Amazônia reflete e reforça as características sociais e econômicas regionais, incorporando através dos padrões de localização dos centros urbanos, de suas funções e de sua dinâmica os diferentes tempos espaciais que estão presentes nos diversos segmentos da rede urbana” (CORRÊA, 2015, p. 189).

Desta forma, segundo Corrêa (2015), a rede urbana da Amazônia deve ser analisada e entendida considerando-se a incorporação da região em um contexto externo a ela, seja internacional, nacional ou interseccionando ambos, bem como se considerando a existência, conflitiva ou não, das consolidações urbanas resultantes das inserções no mundo externo a ela. Para o autor, há uma periodização da rede urbana, isto é, “cada segmento do tempo associa-se a uma rede urbana que reflete este tempo e simultaneamente faz parte dele e o faz caminhar” (CORRÊA, 2015, p. 190).

Trindade Junior (2010, p. 117) traz uma interessante abordagem dizendo que, ao utilizar-se a expressão “cidades na floresta”, procura fazer a diferenciação frente a outro tipo de cidade: as “cidades da floresta”. Conforme o autor, estas predominaram até meados do século XX, até que a Amazônia passou a vivenciar seu processo de efetiva integração territorial ao Nordeste e ao Centro-Sul brasileiros. Assim, para o autor, definir a cidade na Amazônia indo além da paisagem, requer que se leve em conta elementos amplos, ou seja,

elementos que considerem a relação das cidades com seus respectivos entornos e com seus respectivos processos regionais vivenciados no caminho até a efetiva integração nacional por meio de redes urbanas.

Segundo Trindade Junior (2010, p. 118), o modelo de articulação e de interação das “cidades na floresta” se dá, em sua maioria, a realidades exógenas a região; tratam-se, em grande parte, de cidades que se transformaram em bases logísticas para relações econômicas direcionadas a uma racionalidade extrarregional. O autor, a título de exemplo, cita as cidades-empresa paraenses de Carajás e Porto Trombetas, que servem de apoio às demandas de recursos do mercado externo, fruto dos grandes projetos econômicos instalados na região.

Trindade Junior (2010) diferencia as cidades-empresa das cidades locais, explicitando que estas não são enclaves urbanos e possuem forte conexão com os territórios que lhes são próximos. Sendo assim, o autor diz que este é o caso das cidades ribeirinhas, que têm interações profundas com o entorno imediato, sendo, por isso, “consideradas cidades da floresta por excelência, tal o papel que cumprem na interação com o entorno e com o ritmo da floresta” (TRINDADE JR, 2010, p. 117).

A fim de esmiuçar os resíduos do passado que formataram o atual território marajoara e sua paisagem, bem como as atuais desigualdades sociais, adentrar-se-á num resgate histórico-econômico-espacial da região de Marajó, englobando, também, o município de Belém, capital do estado do Pará, que exerceu protagonismo no processo de urbanização da Amazônia e influenciou diretamente a grande ilha de Marajó. Não é objetivo deste mergulho no “espaço-tempo amazônico-marajoara” trabalhar com detalhismos e demais questões que, embora de muitíssima importância histórica, venham a tornar maçante o entendimento principal, que é o de compreender introdutoriamente a rede urbana na Amazônia e as consequentes desigualdades socioterritoriais gestadas e perpetuadas.

“Quanto à fundação de Belém, tem-se que a expansão mercantilista europeia, iniciada no século XV, incorporou novas áreas ao emergente sistema econômico capitalista. E muitas dessas áreas, a incorporação se fez a partir da criação de um núcleo urbano que nasce destinado a desempenhar, inicialmente, duas funções. Primeiramente, servir como ponto de defesa do território em face das pretensões de outros países e, em segundo lugar, como ponto de penetração e conquista do território. Esta é uma primeira e necessária fase do processo de elaboração da rede urbana em muitos países da Ásia, África e do continente americano” (CORRÊA, 2015, p. 191-192).

Segundo Corrêa, a capital paraense foi fundada em 1616 pelos portugueses provenientes de São Luís, onde Francisco Caldeira Castelo Branco funda o Forte do Presépio,

a partir do qual nasce a cidade de Belém. Holandeses, ingleses e franceses já visitavam o litoral, penetravam o braço norte do baixo vale amazônico a fim de realizar trocas comerciais com os índios e, por conseguinte, estabeleciam fortins e feitorias (CORRÊA, 2015, p. 192).

Conforme Corrêa (2015), a criação de uma cidade que se propunha a desempenhar funções de proteção e de ponto inicial para a conquista de um território, requer a posição territorial estratégica para tal tarefa. Para o autor, é por esse motivo que Belém se localiza nas proximidades da embocadura secundária sul do Amazonas, que se caracteriza por ser, simultaneamente, protegida pelo oceano e afastada do estuário norte – famoso pelas águas violentas e pelos ventos que perturbam a navegação – conferindo-lhe uma excelente posição e garantindo-lhe o acesso e o controle do litoral e do vale amazônico (CORRÊA, 2015, p. 193).

Segundo Corrêa (2015), as atividades comerciais ligadas às drogas do sertão – “produtos valorizados na Europa, utilizados como condimentos, em uso farmacêutico, enfeites e como material de construção: cacau, cravo, canela, salsaparrilha, madeiras e manteiga de peixe, entre outros” (CORRÊA, 2015, p. 194) – efetivaram importante papel na organização do espaço por meio de um padrão dendrítico e de sítios sobre terraço fluvial, a salvo das cheias periódicas. Para o autor, este padrão perduraria por vários períodos, sendo, o poder e a influência comercial das ordens religiosas, fator marcante para o delineamento de novos processos de elaboração da rede urbana (CORRÊA, 2015, p. 196).

“Pode-se, efetivamente, resumir as transformações que afetaram a rede urbana amazônica, considerando, primeiramente, a acentuação da urbanização regional e a ratificação do processo de concentração urbana nas cidades capitais, especialmente Belém e Manaus. Em segundo lugar, considerando a elevação de Manaus à categoria de centro metropolitano regional, dominando a Amazônia ocidental. Em terceiro lugar, considerando o revigoramento de velhos e estagnados núcleos urbanos. E, por fim, através da criação de novos núcleos de povoamento, cidades e futuras cidades” (CORRÊA, 2015, p. 231-232).

Quanto à situação após o *boom* do extrativismo na Amazônia, Corrêa (2015) afirma que a concentração demográfica reflete o processo migratório resultante da decadência ou transformação das atividades agropecuárias, extrativistas e vegetais de áreas de ocupação primária, como a ilha de Marajó, por exemplo. Para o autor, as cidades capitais têm se alicerçado em receptáculos de parte da população migrante, onde as favelas da cidade de Rio Branco, por exemplo, demonstram aguda amostra desta nuança da urbanização concentrada (CORRÊA, 2015, p. 233).

Trindade Junior (2010) ao falar sobre as cidades e o processo de urbanização da Amazônia oriental, sobretudo ao Estado do Pará, enfatiza que as “cidades na floresta” são

núcleos urbanos criados para atender aos “grandes objetos” econômicos. Para o autor, esses megaempreendimentos implantados na região – principalmente a partir da década de 1960 e que ficaram conhecidos como *company towns* ou como *ciudades-empresa* – são uma proposta de reflexão que visa compreender o território brasileiro a partir do período técnico-científico informacional e seu respectivo correspondente espacial, o meio técnico-científico informacional, denominações de Milton Santos (TRINDADE JR, 2010, p. 116-117).

Para melhor entendimento acerca das cidades-empresa, Corrêa (2015) afirma que se estabelecem durante a década de 1970, estendendo-se pela década de 1980, numa crescente competição entre as rejuvenescidas cidades da Transamazônica (cidades a beira da BR-230) e as ribeirinhas do Amazonas. Assim, o autor relata que:

Altamira passa a atuar em pequenos núcleos urbanos do baixo curso do Xingu, como Porto Moz, atuando ainda no município de Prainha, cortado pela Transamazônica, mas cuja sede mantém ligações fluviais com Monte Alegre, um tradicional centro ribeirinho. É também o caso de Marabá, cuja área de influência abrange o trecho cortado pela Rodovia Transamazônica do município de Portel, cuja sede, ribeirinha ao Amazonas, está vinculada à cidade de Breves, na ilha de Marajó. Marabá, também, disputa vantajosamente com Cametá, localizada no baixo Tocantins, o domínio do crescente mercado consumidor de Tucuruí, cidade que, graças às obras da hidrelétrica de mesmo nome no Tocantins, viu sua população passar de 5.545 habitantes, em 1970, para 27.179, em 1980. (CORRÊA, 2015, p. 240).

Cabe ressaltar aqui outro marcante fenômeno de transformação dos territórios e redes urbanas na Amazônia, o garimpo. Segundo Corrêa (2015, p. 243), a atividade mineradora – praticada por empresas menores (sem grande investimento capital), ou sob a forma de garimpagem – gera o aparecimento de núcleos de povoamento com características urbanas. Para o autor, esses núcleos de povoamento ampliaram-se, consideravelmente, a partir dos anos 1970 e, principalmente, após 1980. “Assim, a competição entre as cidades da Transamazônica e as ribeirinhas tem favorecido, sobremaneira, as primeiras, as quais passaram por um processo de rejuvenescimento” (CORRÊA, 2015, p. 240).

Corrêa (2015) afirma que, a partir de 1960, a rede urbana amazônica, em virtude das transformações a que foi submetida, adquiriu novos significados. “Não se trata mais de uma rede urbana dendrítica, com funcionalidade monotônica, a de drenagem de produtos do extrativismo vegetal e excedentes sob a forma de lucros comerciais e juros” (CORRÊA, 2015, p. 247). Para o autor, a rede de cidades – por meio das ações do capital industrial e financeiro e pelo Estado capitalista – viabilizou a inserção de novas atividades, população e relações sociais de produção na Amazônia.

Concernente a Corrêa (2015, p. 248), essas transformações verificadas na rede urbana denotaram maior complexidade funcional das cidades da rede, isto é, maior divisão territorial do trabalho na região; o que se revela, de um lado, pela ruptura do papel hegemônico de Belém, da navegação fluvial e do padrão dendrítico da rede urbana e, de outro, pelo advento das *company towns* – que alçam os territórios à posição de metrópole regional –, dos novos centros de serviços para as viçosas atividades agropecuárias e de mineração, dos núcleos de aglutinação da força de trabalho e ao revigoreamento de antigos núcleos urbanos.

2.2 – DESIGUALDADES SOCIOTERRITORIAS EM BREVES – PA

A fim de compreender a vida das comunidades marajoaras localizadas proximamente e interligadas territorialmente ao município de Breves-PA, recuperar-se-á os preceitos do *território usado*. Considerando Souza (2019), a aplicação de sua análise metodológica à vida das comunidades marajoaras possibilita a consideração da totalidade das causas e efeitos do processo socioterritorial que engendra o recorte do estudo. Assim, e considerando a compreensão do espaço geográfico como sinônimo de *espaço banal* (o espaço de todos), poder-se-á perceber os elementos, bem como suas inter-relações entre os fenômenos pelos quais nos ocupamos, como propõe Santos (2000).

Tal qual Souza (2019, p. 12), vale esclarecer que o espaço banal não se reduz ao espaço público, sendo na realidade, condição da existência, logo, instância social. Assim, para a autora, abre-se passagem para o entendimento do que se chamam por *resíduos do passado*, que são antigos objetos técnicos tornados objetos geográficos nesta atualidade; são produtos da intervenção direta ou indireta das relações sociais através do trabalho humano, que Marx denomina de segunda natureza.

Também segundo Rovaine Ribeiro (2014, p. 34) fica compreendido que a região do Marajó apresenta em seu conjunto de cidades, comunidades e localidades, uma forte especificidade socioespacial, dada pela íntima relação estabelecida da sociedade com a natureza. Para ela, esta relação exerce aguda influência no modo de vida da população marajoara devido ao elemento “natural”, sendo a região de Marajó – que significa “barreira do mar” na língua tupi – recheada de um conjunto de ilhas, por isso a qualificação de arquipélago. Na descrição de Loureiro (2015, p. 134-135)

“O arquipélago do Marajó, com seu conjunto de 2.500 ilhas, ilhotas e 16 municípios, está na foz do Rio Amazonas e é emblemático na manifestação da pujante sociobiodiversidade da região. De Belém ao Marajó, percorre-se 223 km atravessando, via transporte fluvial, as baías de Guajará e do Marajó, bacias com extensões gigantescas devido à proximidade com o Oceano Atlântico; e navega-se por labirintos de rios, furos, igarapés, tornando a navegabilidade dos rios uma cultura (i)material de fator dominante na estrutura fisiográfica e humana, conferindo um *ethos* e um ritmo à vida regional”.

Alves et al. (2020, p. 407) destaca o motivo principal de diversas transformações socioterritoriais na área estudada, onde as indústrias madeireiras se perpetuaram como principal fonte de renda e de emprego nos espaços rurais e urbanos de diversas regiões de Marajó, dentre as quais se encontra o município de Breves, que, por décadas, se destacou por ser o núcleo das maiores madeireiras da região norte do Brasil.

No entanto, consoante Alves et al. (2020), por consequência da exploração desenfreada das florestas e devido aos embargos impetrados pela legislação, a atividade madeireira foi, pouco a pouco, deixando de existir em várias áreas. Conforme os autores, a região de Breves foi altamente atingida pelo fim de muitas das maiores empresas de extração de madeira da região, evento decorrente da não posse de licença e de regulamentações legais requeridas para funcionamento (ALVES et al., 2020, p. 407).

Fazendo um resgate histórico sobre Breves – PA tem-se que, segundo Gonçalves et al. (2016), os Furos de Breves, formato em que se classifica a microrregião situada a sudoeste do arquipélago do Marajó, foi lugar de muitas expedições de viajantes e cronistas, desde o século XVI, com as primeiras missões da Companhia de Jesus, como relatado brevemente no capítulo anterior.

Para Ferreira (2003, p. 425) o processo de constituição territorial do município de Breves está vinculado a uma sesmaria concedida pelo então capitão-mor do Grão-Pará, João de Abreu Castelo Branco, em 19 de novembro de 1738, para Manoel Breves Fernandes. Conforme o autor, a área desta sesmaria foi confirmada por Dom João V em 30 de março de 1740, onde em companhia de seu irmão Ângelo Breves e sua esposa Inês Breves, ao chegarem de Portugal, instalaram-se nas chamadas “Missão das Bocas” e construíram um engenho de nome “Santana” – que é referente à mesma localidade da atual sede do município de Breves, às margens do rio Parauaú.

Ferreira (2003) afirma que as atividades agrícolas sucederam os engenhos a partir de roçados desenvolvidos na extensa área da sesmaria e que, com tal processo de fixação e ocupação da terra, outro irmão e demais famílias também se instalam. Segundo o autor, este lugar ficou conhecido como “Povoado Lugar de Santana dos Breves” desenvolvendo-se do período colonial até o provincial, em território pertencente aos municípios de Melgaço e Portel (FERREIRA, 2003, p. 425).

Posteriormente, em 1850, conforme Oliveira (1979) consolida-se o município de Breves, onde o extrativismo da borracha já alvorecia como uma das principais atividades das cidades do baixo Amazonas. Segundo o autor, era o dito “seringal caboclo” (com forte influência indígena na técnica de retirada do látex das seringueiras) em que se retratam as colocações precedentes ao apogeu da borracha e que ficaram caracterizadas pela produção de subsistência familiar concatenada ao extrativismo do látex; prática adotada por povos situados nos limites da fronteira comercial.

De acordo com Gonçalves et al. (2016, p. 119), Breves foi um dos municípios destaque no que tange a produção e exportação de látex no estado paraense e é tido como um dos mais antigos produtores de goma elástica. Para os autores, a boa ventura econômica pela qual vivenciou Breves no início do século XX se deve a sua posição geográfica estratégica em relação ao comércio e a navegação. Essa situação estratégica, como destacam os autores, é fator basilar para a comercialização e conseqüente desenvolvimento de outras culturas subsequentes ao declínio da produção de borracha.

Segundo Gonçalves et al. (2016, p. 119), a madeira é outra atividade que se evidencia na atividade econômica de Breves, e que tem se perpetuado até os dias atuais como uma das principais produções do município. Segundo os autores, com a chegada das grandes madeiras (entre 1970 e 1980), Breves reinou como um dos maiores produtores de madeira em tora do estado do Pará. Os autores dizem que a concentração econômica no setor madeireiro fragiliza a economia do município, ao mesmo passo que favorece os setores oligárquicos que exploram as várzeas e o trabalho de populações ribeirinhas há décadas.

Dentro desse aspecto, cabe citar o que Milton Santos (2012) ensina acerca do espaço e da práxis:

“O espaço é a matéria trabalhada por excelência. Nenhum dos objetos sociais tem tanto domínio sobre o homem, nem está presente de tal forma no cotidiano dos indivíduos. A casa, o lugar de trabalho, os pontos de encontro, os caminhos que unem entre si estes pontos são elementos passivos que condicionam a atividade dos homens e comandam sua prática social. A práxis, ingrediente fundamental da transformação da natureza humana, é um dado socioeconômico mas é também tributária das imposições espaciais” (SANTOS, 2012, p. 172).

Esse comando sobre a prática social humana, como uma imposição espacial, aponta para o que Gonçalves et al. (2016, p. 121) relata acerca do declínio da extração madeireira (anos 1990), em que, este fato, deve-se ao fechamento das grandes empresas que se instalaram no município entre as décadas de 1970 e 1980, o ápice da exploração madeireira no Marajó.

Consoante Gonçalves et al. (2016, p.122), hoje em dia ainda permanecem algumas empresas como a Madenorte, Magebras, Mainardi, Robco; a primeira, por exemplo, foi fechada em meados de 2014 “e dela só resta hoje um patrimônio em instalações e equipamentos que exige vigilância permanente para evitar depredação” (imprensa local).

Logo, isso significa, claramente, uma rugosidade expressa pelo uso histórico do território, através do qual se observam as ruínas do que fora grandes empresas madeireiras no passado. Novamente, vale citar Santos (2012, p. 173):

“As rugosidades são o espaço construído, o tempo histórico que se transformou em paisagem, incorporado ao espaço. As rugosidades nos oferecem, mesmo sem tradução imediata, restos de uma divisão de trabalho internacional manifestada localmente por combinações particulares do capital, das técnicas e do trabalho utilizados”.

Cabe um breve parêntese para mencionar também o trabalho de Oliveira (2020), resultante de seu doutoramento, no qual é possível entender a relação entre rugosidade e história do território como processo genético de patrimônios que nos fazem entender a dinâmica da divisão social e territorial do trabalho e seus impactos na vida dos sujeitos. Oliveira faz um largo percurso explicativo da origem e desenvolvimento do conceito de “rugosidade” e entende o mesmo na obra de Milton, bem como dá destaque a sua importância para a geografia.

De acordo com Gonçalves et al. (2016), apesar do declínio, a extração madeireira perpetua sua importância visto o fluxo econômico demonstrado pelo trânsito de balsas repletas de madeira pelos furos e rios que abrigam diversas serrarias. Para os autores, é a paisagem visível ao longo do trajeto de cerca de três horas de navegação entre Breves e a “boca” do Mapuá, onde se avistam serrarias de pequeno porte; assim como, florestas de várzea densamente povoadas por açazeiros e outras palmeiras que envolvem casas ribeirinhas situadas entre igrejas e serrarias. “As madeiras de grande porte, ou ao menos suas estruturas desativadas, em geral equipadas de portos particulares, grandes galpões e maquinário, despontam na paisagem em menor proporção do que as primeiras” (GONÇALVES et al., 2016, p. 123).

Após essa reflexão acerca de usos do território amazônico-marajoara, é possível inserir percepções empíricas advindas de trabalho de campo realizado a algumas comunidades ribeirinhas da Ilha de Marajó. Esta visita ou trabalho de campo é fruto de um projeto de extensão da Universidade de Brasília (UnB) chamado Vivência Amazônica, edição 2019, organizado pelo Núcleo de Estudos Amazônicos da UnB – NEAz UnB. Neste projeto, faz-se um trajeto de ônibus por vários territórios da Amazônia, a fim de conhecer os desafios enfrentados pelos povos da floresta. Ao longo de vinte dias, visitam-se povos quilombolas, povos indígenas, movimentos de luta pela terra, ribeirinhos dentre outros.

Na Vivência Amazônica de 2019, foi possível realizar o primeiro trajeto fluvial da história deste projeto, devido à visita à Ilha de Marajó. Percorreu-se o trajeto Belém-Breves, visitando as comunidades Intel I (Figura 4), Intel II (Figuras 5 e 6) e Magebras – comunidades ribeirinhas fruto do advento das madeiras e protagonistas do recorte territorial abordado no

presente trabalho – e, também, se visitou a comunidade Santo Ezequiel Pereira e os municípios marajoaras de Portel e Melgaço.

Visita à Comunidade Ribeirinha Vila Intel I



Figura 4 – Visita à comunidade Intel I. Fonte: Acervo do NEAz - UnB, Vivência Amazônica 2019.

Empresa Madeireira Abandonada na Comunidade Ribeirinha Intel II



Figura 5 – Serraria (ao fundo) e toras de madeira abandonadas. Fonte: Acervo do NEAz - UnB, Vivência Amazônica 2019.

Rio Parauaú e paisagem frontal da comunidade Intel II



Figura 6 – Entrada da comunidade Intel II. Fonte: Acervo do NEAz - UnB, Vivência Amazônica 2019.

Ao longo da saída de campo para as comunidades Intel I, Intel II e Magebras, organizaram-se rodas de conversa (Figuras 7 e 8) com os ribeirinhos da comunidade, com representações dos movimentos sociais de luta pelos povos ribeirinhos, com representantes da igreja católica e também com representantes das instituições de ensino locais. Destacam-se aqui alguns trechos de falas coletadas nestas rodas de conversa. Um professor do campus do Instituto Federal do Pará (IFPA) – campus de Breves, disse:

“Marajó não é ilha isolada, é um território, a exemplo de Portel que está do outro lado do Rio, fora da "ilha", mas é também Marajó. Marajó é vista como exemplo de desigualdade, de problema, de atraso, de “qualquer coisa tá bom pra lá...”. Marajó é colonizada internamente, um neocolonialismo persiste na Amazônia, não se resume ao capital externo”.

Já outro professor, lotado no Serviço Social da Universidade Federal do Pará (UFPA) – Breves, disse que a Ilha de Marajó é o maior laboratório vivo do mundo, que esse laboratório está sendo disputado e que é preciso ter lado nessa luta; “é indispensável colocar conhecimento a serviço desse laboratório”. Ele também disse que os indígenas, os quilombolas e os ribeirinhos, são os mais vulneráveis aos atuais moldes do mercado capitalista, e, por isso, defende que não se pode ter o teor perverso do capital regendo o mercado da região. O professor diz que consideraram ocupar a região de Marajó nos anos

1960 porque enxergavam não ter ninguém por lá; “é necessário tocar na ferida e apontar os problemas, Marajó não é só a beleza e a música. A visão contemplativa e turística precisa ser quebrada!”. O professor prosseguiu dizendo que essa disputa está nas universidades, que tem cursos que pensam que o desenvolvimento dessas regiões se dá de cima para baixo, e que a disputa existente (sobre o modelo de desenvolvimento para a região) é séria. Ele disse:

“É fundamental pensar a Amazônia, pois ela é o centro da geopolítica mundial, olha-se para cá de forma diferente. Desenvolvimento, governança e sustentabilidade? Pra quê, e pra quem? É a roupagem que colocam para fugir do real debate de disputa de narrativa desenvolvimentista para a região. É epistêmica a questão, é necessário quebrar esses paradigmas. Se o desenvolvimento não é pensado para essa lógica, é feita a colonização também. Estamos num momento de tensão, ou nos posicionamos ou vamos perder o bonde da história. Ribeirinhos, quilombolas e indígenas estão sendo mortos por “políticas de matar”, pela *macropolítica*”. Sociobiodiversidade somente é preservada onde tem povos tradicionais, então temos que perguntar para esses povos o que eles podem nos ensinar. Ribeirine-se!

Roda de conversa com a comunidade da Vila Intel I



Figura 7 - Roda de conversa na Vila Intel I. Fonte: Acervo do NEAz - UnB, Vivência Amazônica 2019.

O discurso do professor da UFPA continua e ele lembra a ameaça representada pela eminência do fim do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), diz que é preciso se colocar no lugar dos moradores das comunidades ribeirinhas e ampliar sua capacidade de estar e viver nesse local. Ele diz que em Breves a água não tem qualidade, que existem lugares que tem água seis horas por dia, que há tráfico de pessoas, exploração sexual de crianças e adolescentes e que historicamente a economia é extrativista, não havendo

política de agricultura, apenas a extração. Ele também menciona a Convenção 169 das comunidades ribeirinhas que foi revogada em novembro de 2019 pelo governo Bolsonaro – este decreto previa a consulta aos povos interessados acerca de medidas legislativas ou administrativas suscetíveis de afetá-los diretamente.

Roda de Conversa com a comunidade da Vila Intel II



Figura 8 - Roda de conversa na Vila Intel II. Fonte: Acervo do NEAz - UnB, Vivência Amazônica 2019.

Outra problemática generalizada por entre as comunidades visitadas se deve ao problema das pontes (estivas) quebradas (figuras 10, 22 e 23). Através de um projeto de extensão organizado pela Faculdade de Serviço Social do Campus de Breves da UFPA intitulado “Redes de Comunidades Ribeirinhas”, realizou-se o mutirão “Pontes de verdade: Por direitos e dignidade”, que objetivou recuperar 800 metros de pontes, em estado precário, que dificultam o deslocamento de mais de 50 famílias nas comunidades ribeirinhas Vila Intel II e Magebras.

Por meio das visitas de campo observaram-se, *in loco*, as desigualdades socioterritoriais desencadeadas pelo processo de mercantilização dos recursos naturais da floresta. O emprego advindo das madeiras era a principal fonte de renda dos moradores

dessas comunidades, sendo, o fim da atividade extrativista, um grande problema de acesso ao emprego e à renda para esses ribeirinhos.

É perceptível que o território analisado foi escrutinado pela decorrência das ações sociais, comerciais e político-jurídicas no espaço; no qual as toras de madeiras abandonadas e a desassistência social são claríssimos resíduos do passado que configuram a dimensão do território usado na totalidade da região observada.

O que se viu é confluyente à ideia de Santos (2012, p. 173) ao dizer que “o espaço, espaço-paisagem, é o testemunho de um momento de um modo de produção nestas suas manifestações concretas, o testemunho de um momento do mundo”. A desigualdade socioterritorial, neste caso, é consequência de todos os eventos do passado, no qual se perpassou por períodos de maior efervescência econômica, mas que agora a realidade é a da desilusão social; devido a não projeção de postos de trabalho a essas comunidades.

A aparente inércia do Estado quanto ao seu papel de garantir acesso à educação, a saúde e ao emprego a essas populações ribeirinhas, parece fazer parte de um projeto político que aposta na escassez para gerar condições de ultra-exploração da força de trabalho. Afirma-se isso, pois a empiria observou processos econômico-sociais exploratórios e criminosos que continuarão a ser abordados no subcapítulo a seguir.

2.3 – TRANSPORTE FLUVIAL DEFICITÁRIO E O “ESTADO” DA SAÚDE E DA EDUCAÇÃO ESCOLAR

“(…) dada à complexa hidrografia – um emaranhado de rios, furos, igarapés, canais e paranás –, essa porção do delta do rio Amazonas, que contorna o sul da ilha do Marajó e se junta às águas do rio Tocantins, possui uma navegação extremamente difícil e arriscada, o que a faz ser conhecida pelos navegantes como “região dos mil furos”” (GONÇALVES et al., 2016, p. 117).

Não restam dúvidas no que tange à centralidade do rio em cidades e comunidades ribeirinhas e, se tratando de Marajó, essa característica é uma forte identidade daquela região.

Segundo Corrêa (2015), a mesorregião do Marajó possui expressões do território caracterizadas por uma rede urbana dendrítica, em que as relações do ser humano com o meio, especialmente aquelas ligadas às relações com o rio, constituem parte de seu conteúdo material e simbólico cotidiano (Figura 9). Desta forma, para o autor, diz-se que o núcleo urbano localiza-se na margem do rio.

Moradia à beira do Rio Parauaú na Vila Intel I



Figura 9 – Moradia familiar na Vila Intel I. Fonte: Acervo do NEAz - UnB, Vivência Amazônica 2019.

Segundo Ribeiro (2014, p. 36), essas facetas marajoaras demarcam uma paisagem marcadamente ribeirinha, no qual as cidades se encontram entrecortadas por rios, as casas são

distribuídas no decurso das margens dos rios, os barcos são o principal meio de transporte das populações e a imponência da floresta se apresenta ao fundo das diversas cidades que compõem o arquipélago de Marajó.

“Na região do Marajó, o modo de vida ribeirinho é predominante na dinâmica socioespacial de sua população, em que o rio é o lugar do trabalho, do lazer, é o espaço da circulação de produtos e pessoas, mas é também o lugar de vivência, das relações de proximidade da população que está nas suas margens” (RIBEIRO, 2014, p. 37).

Consoante Ribeiro (2014, p. 39), a presença de estivas – ruas feitas de madeira sobre a margem do rio, também conhecidas simplificadaamente como pontes (Figura 10)– refletem a relação vivencial cotidiana dos ribeirinhos aos elementos naturais, sobretudo os rios. Para a autora, nesta realidade, o rio se apresenta como elemento central no modelo de vida da população, pois remete, dentre várias relações lúdicas, a circulação humana e de mercadorias, assim como a pesca para consumo e comercialização em pequena escala.

Reconstrução de pontes para locomoção dos moradores da Vila Intel I



Figura 10 – Reconstrução de Pontes (estivas) para locomoção na Vila Intel I. Fonte: Acervo do NEAz - UnB, Vivência Amazônica 2019.

Segundo Trindade Junior (2010, p. 118), as “cidades da floresta” eram, até a década de 1960, as mais comuns na região. Para o autor, suas características de circulação fluvial associadas a pequenas cidades, atribuíam a elas fortes ligações com a dinâmica da natureza, com a vida rural não moderna e com o ritmo da floresta ainda pouco explorada. Além disso, o autor prossegue dizendo que tais cidades tradicionalmente estabeleceram forte conexão com os seus respectivos entornos e demais localidades próximas (vilas, povoados, comunidades ribeirinhas etc.) e que, embora numerosas cidades estejam perdendo essas características, elas ainda existem, sendo uma marcante característica de algumas sub-regiões da Amazônia.

“As cidades ribeirinhas, dessa forma, têm fortes enraizamentos, fortes ligações socioeconômicas e culturais com a escala geográfica local e regional; enraizamentos estes que traduzem estreita relação com o rio, não simplesmente pela localização absoluta, devido ao fato de estarem à beira do rio, mas, e principalmente, por apresentarem uma interação funcional com esse elemento natural” (TRINDADE JR, 2010, p. 118).

São exemplos disso, tal qual Trindade Junior (2010, p. 118-119), o tráfego fluvial, de subsistência material (fonte de recursos alimentares, uso doméstico etc.), o uso lúdico (utilização do rio para o lazer) e simbólico (a relevância do rio no imaginário sociocultural). Por isso, em diálogo com Trindade Junior (2010), é possível dizer que as cidades ribeirinhas são: a) cidades pequenas no que se refere à densidade demográfica e à extensão territorial; b) localizadas de forma a margear os rios, e, em geral, de grandes rios (largos, grande volume de água e extenso curso fluvial); c) clássico-tradicionais, no sentido do ordenamento e conjunto espacial donde se inserem, do padrão intraurbano, a produção econômica e as relações socioculturais locais e regionais.

De acordo com Barbosa et al. (2012, p. 4), indicadores socioeconômicos e culturais da região marajoara demonstram que essa região foi tradicionalmente desamparada pela inexistência ou baixa eficácia de políticas públicas, de serviços de infraestrutura e de equipamentos coletivos de promoção e proteção social direcionados ao desenvolvimento socioterritorial. Para o autor, essas condições socioeconômicas apontam para uma situação alarmante na região do arquipélago do Marajó, onde muitas comunidades ainda vivem em condições de “isolamento”.

Aqui vale resgatar a fala de uma representante da Comissão Pastoral da Terra numa das rodas de conversa realizadas nas saídas de campo. Ela disse:

“Isolamento é um dos principais problemas. Transporte é caro e poder público é ausente. Coronelismo é muito forte, com famílias que se acham donas da terra, dos açaiçais, dos barcos, de tudo. Explora os ribeirinhos que não tem a ideia de

propriedade, querem viver e ter acesso ao rio, à qualidade de vida, à alegria... E acabam ficando vulneráveis àqueles que exploram. Igrejas e sindicatos dos trabalhadores rurais conseguem chegar ao povo, mas ainda é pouco”.

Conforme Gonçalves et al. (2016, p. 120), a população foi atraída para o município de Breves em função das atividades econômicas, principalmente pelo comércio varejista e pelo setor industrial, além dos serviços de informação, saúde e acesso a políticas públicas:

“Breves, considerada a capital do Marajó, exerce a função de um mercado intermediário de produtos e serviços dentro da microrregião dos Furos de Breves. O deslocamento pendular de distritos e municípios vizinhos para adquirir mercadorias, acesso ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), serviços de saúde, escolas, universidade, bancos e demais serviços, também é acompanhado pelos moradores das ilhas, furos e igarapés de Breves. Esse aspecto confere ao município um papel central quanto à organização econômica e espacial da microrregião”.

Em decorrência dessas características, observaram-se diversas dificuldades relacionadas à falta de fornecimento de serviços sociais as comunidades Intel I, Intel II e Magebras, no qual em apenas uma dessas três havia ao menos um posto de saúde (Figuras 11, 12 e 13). Todavia, este posto possuía estrutura precária, falta de equipamentos adequados e falta de profissionais de saúde, visto que a única funcionária que realizava atendimentos médicos básicos era uma técnica em enfermagem, que, anteriormente, foi moradora da comunidade Intel I e que, por isso, por um sentimento de pertencimento à comunidade, realizava atendimentos por lá. Ela relatava que tinha oportunidades de trabalho mais rentáveis no centro de Breves, mas se mantinha no posto de saúde ribeirinho de Intel I para que os moradores da comunidade não ficassem abandonados.

A profissional da saúde também relatou as dificuldades relacionadas a campanhas de vacinação, em que, necessita-se trazer os medicamentos do centro de Breves muitas vezes de rebeta (embarcação pequena movida a motor) e que devido à orientação dos órgãos de saúde não chegar a população, se faz necessário ir de porta em porta, chamando os moradores para se vacinar. Outro relato importante diz respeito a total inadequação do posto de saúde em atender casos de urgência. Essa situação condiciona os ribeirinhos da região a irem de barco a Breves para receber tratamento, e que, a depender do caso, apenas em Belém serão atendidos. Por fim ela disse que existe apenas uma “ambulância fluvial” para atender toda a região.

Aqui vale o seguinte relato feito pela representante da CPT numa roda de conversa:

“A questão do transporte também é “coronelista”, o barco que viemos é de um dos donos de Breves, o Bom Jesus. Há um monopólio no transporte e como são poucos que tem capital para isso, fica concentrado. Noventa reais o trecho de Belém à Breves (promocional), Breves-Anajás é cinquenta com janta inclusa. A tentativa de construção de estrada foi quebrada porque os capitalistas estão inseridos na câmara

legislativa, logo isso foi barrado. O TFD (Transporte de pacientes) a família custódio quem faz. E é o barco mais "doido", balança muito, é péssimo”.

Posto de Saúde Bom Jesus – Comunidade Ribeirinha Vila Intel I



Figura 11 - Posto de Saúde Bom Jesus. Fonte: Acervo do NEAz - UnB, Vivência Amazônica 2019.

Interior do Posto de Saúde Bom Jesus – Comunidade Ribeirinha Vila Intel I



Figura 12 – Parte interna do Posto de Saúde. Fonte: Acervo do NEAz - UnB, Vivência Amazônica 2019.

Interior do Posto de Saúde Bom Jesus (2) – Comunidade Ribeirinha Vila Intel I



Figura 13 – Cômodo interno do Posto de Saúde. Fonte: Acervo do NEAz - UnB, Vivência Amazônica 2019.

De acordo com os relatos e reflexões acumuladas em saída de campo, observa-se que o Estado moderno, subordinado a uma tática e a uma estratégia de um grupo político no poder, age sobre o território ribeirinho-marajoara de forma a perpetuar e/ou aprofundar contradições de classe construídas historicamente.

Observou-se – por meio dos relatos, questionamentos e reivindicações – que serviços e direitos fundamentais não são cumpridos no território de Marajó. O “estado” da saúde é alarmante, assim como o da educação, que será aprofundado adiante. Se torna imperativo entender que o “estado” das questões sociais em Marajó aponta para a aparente inércia do Estado, o que está em curso é um verdadeiro projeto contra-desenvolvimentista, um projeto que segrega e explora ainda mais o povo.

Segundo Wanderley Messias da Costa (1992), verifica-se, nos casos acima expostos, a ideia de Estado como uma função da sociedade de classes capitalista, a ideia de Estado como agente da perpetuação de antagonismos de classes sociais historicamente não superados e a ideia de Estado como poder posto acima da sociedade, logo, distante da mesma.

Partindo agora para a análise de situação da educação escolar, constata-se, novamente, outra grave situação. Há escolas apenas na comunidade da Vila Intel I (Figuras 14 e 15),

todavia, a escola em funcionamento se limita às séries iniciais do ensino básico. As crianças das comunidades Intel II e Magebras, para ter acesso à escola, devem se deslocar de suas comunidades para chegar à Vila Intel I.

Interior de uma sala de aula e entrada externa da escola da comunidade Intel I



Figura 14 - Interior de uma sala de aula. Fonte: Acervo do NEAz - UnB, Vivência Amazônica 2019.



Figura 15 - Entrada da Escola, parte externa. Fonte: Acervo do NEAz - UnB, Vivência Amazônica 2019.

Conforme a visita realizada à escola de ensino básico desta comunidade, verificou-se que a mesma se encontra funcionando a contento e a infraestrutura parece garantir condições básicas adequadas ao ensino. Porém, no que se refere à demanda relacionada aos estudantes de ensino fundamental das séries finais e aos estudantes de ensino médio, a realidade é a do não cumprimento do acesso à educação básica.

De acordo com a visita realizada à comunidade Intel I, constatou-se que até existe a estrutura física de uma escola para ensino fundamental e médio na comunidade, porém a mesma estava fechada e sem funcionamento (Figura 16). Sendo assim, os jovens das comunidades analisadas, para ter acesso à educação, devem se deslocar para o centro de Breves diariamente, pois a escola local destinada a estas fases do ensino se encontra em desuso por falta de professores e demais funcionários. Esta situação é de um completo descaso do Estado (Governo Federal), do Governo do Pará e da Prefeitura de Breves com os moradores destas comunidades ribeirinhas.

Entrada principal da Escola em desuso por falta de professores e funcionários – Intel I



**Figura 16 - Escola de Ensino Fundamental e Médio em desuso na comunidade ribeirinha Intel I.
Fonte: Acervo do NEAz - UnB, Vivência Amazônica 2019.**

O trajeto fluvial das comunidades ribeirinhas Intel I, II e Magebras até o centro de Breves, e vice-versa, tem duração que varia entre duas e três horas em média, a depender da embarcação e do rio, segundo os moradores (Figura 17). É uma tarefa árdua visto que para chegar à escola pela manhã, devem acordar às 4h00. Conforme os moradores, os jovens chegam à escola com fome ainda no início do dia de aulas, e essa condição de deslocamento fluvial diário gera processos de evasão escolar, devido às deficiências do transporte fluvial. Por fim, os ribeirinhos ressaltam que o ideal seria que houvesse uma escola em cada uma das comunidades, ou ao menos que houvesse uma em alguma delas, como a de ensino básico localizada em Intel I; visto que o deslocamento intracomunitário é muito menos oneroso.

Mapa de Localização das Comunidades Ribeirinhas e do Município de Breves – PA



Figura 17 - Fonte: Autoria própria. Produzido utilizando-se do software: Google Earth Pro.

Quanto ao acesso ao ensino superior e ao ensino técnico público, existem opções apenas em Breves, são elas: o campus avançado da Universidade Federal do Pará, UFPA – Breves e o campus do Instituto Federal do Pará, IFPA – Breves. O primeiro foi criado na década de 1990 e ampliado nos anos 2000 por meio do REUNI (Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais), o segundo advém deste mesmo programa de governo.

Resgatando algumas anotações de campo, há de se considerar que importantes ações do Estado são decorrentes da era Lula no Governo Federal, destacando-se: as escolas agrotécnicas – CEFET (Centro Federal de Educação Tecnológica) – que ministravam cursos

voltados para a Agropecuária, Agroindústria, Edificações, Informática e Eventos; a criação da Resex Mapuá em Breves e a tentativa de criação da economia para extrativistas (técnicas de manejo florestal) também são evidências de pioneiras tentativas de fortalecimento da política de desenvolvimento social e econômico da região.

Conforme relato de um docente do IFPA – Breves, o município não foi pensado na perspectiva local, pois seguiu o ideal *urbanocêntrico* de Belém. Não havia perspectiva agroextrativista, de pesca, ou que trabalhasse com o ambiental nas instituições de ensino da região. Neste caso o IFPA, da era Dilma na presidência do país, também se apresenta como uma política de Estado na região. Cursos Técnicos em Saneamento, em Meio Ambiente, em Agricultura Familiar aos poucos foram sendo oferecidos à população, segundo o professor. Para ele, a natureza como obstáculo ao desenvolvimento não cabe ao IFPA, sendo necessário fortalecer cursos que o mercado demanda, mas que, em Marajó, é necessário um molde de educação que dialogue com o Manejo Florestal e Familiar (como o curso FIC de Agricultor Agroflorestal, por exemplo). Ele concluiu dizendo que a Educação não pode ser tecnicista e que esses cursos só acontecem com o apoio da sociedade civil. “A política publica depende da sociedade, da aceitação da comunidade”.

Segundo relato coletado numa roda de conversa, um professor do IFPA – Breves disse que mesmo que a construção do referido campus ainda não tenha terminado, são ofertados cursos que ajudam o povo Marajoara. Infelizmente não há ginásio, e nem refeitório; há, somente, quatro laboratórios, oito salas de aula e um auditório. E a sociedade civil abraçou o campus, sobretudo, os sindicatos; posteriormente a isso que o poder público foi lá conhecer nossa realidade. A ideia é a de que o campus de Breves cubra nove municípios, de um total de dezesseis municípios marajoaras, com cursos que sejam de acordo com as necessidades da região. A oferta do curso de Licenciatura em Educação no Campo começou esse ano (2019).

Englobando a situação do ensino escolar aos desafios do transporte fluvial deficitário, ressalta-se que este é mais um imbróglio pelo qual essas comunidades ribeirinhas devem enfrentar. Segundo relato dos moradores das comunidades, todo o transporte fluvial entre os municípios ribeirinhos marajoaras é oligopolizado por algumas famílias de empresários. Segundo relato dos moradores, não existe concorrência, mas sim a distribuição de trajetos por entre empresas que fornecem o serviço de transporte fluvial.

Segundo os ribeirinhos, tanto para chegar à Belém, quanto para visitar outros municípios como Portel ou Melgaço, por exemplo, deve-se utilizar de transporte fluvial

privado; e que possui preços inacessíveis à realidade financeira dos moradores das comunidades. Isso gera inaccessão a outros territórios, impactando tanto em questões econômicas, quanto em questões sociais aos indivíduos que residem nessas comunidades. Abaixo, observam-se embarcações típicas da região, geralmente utilizadas para trechos fluviais mais curtos. São conhecidas, popularmente, como rabetas (Figuras 18 e 19).

Embarcações cotidianamente utilizadas pelos ribeirinhos para locomoção fluvial



Figura 18 – Embarcação do tipo rabeta (1). Fonte: Acervo do NEAz - UnB, Vivência Amazônica 2019.



Figura 19 - Embarcação do tipo rabeta (2). Fonte: Acervo do NEAz - UnB, Vivência Amazônica 2019.

Para lembrar Maria Adélia de Souza, todos esses fragmentos de campo aqui explicitados apontam para o resultado do processo histórico decorrente da base material e social das novas ações humanas no território marajoara. A totalidade das causas e efeitos do processo socioterritorial – que envolvem, principalmente, o Estado e os grandes empreendimentos econômicos – desvela a realidade cotidiana dos ribeirinhos de Magebras, Intel I e II; uma realidade de contradições sociais, de dificuldades e de um “estado” da saúde e da educação precários.

Cabe ressaltar, ainda, o conceito de “cidades da floresta” de Trindade Junior (2010), o das cidades ribeirinhas *stricto sensu*, que são aquelas fortemente associadas à circulação fluvial e às dinâmicas da Natureza. Aqui se assume que as comunidades Intel I, Intel II e Magebras se configuram de acordo a esta tipificação de cidades da floresta.

Para Trindade Junior (2010, p. 119), em decorrência desses atributos ribeirinhos, são cidades com baixa densidade de modernização econômica e territorial (o que nos faz lembrar dos espaços opacos e luminosos discutidos por Milton Santos), onde o meio técnico-científico informacional se faz presente de maneira pouco influente – ao compararem-se a outras cidades brasileiras e mesmo as da região amazônica. De qualquer forma, para o autor, não se deve pensar essas realidades como excludentes e duais. “Pelo contrário, a convivência de relações, de temporalidades, de espacialidades e de padrões territoriais, nos faz reconhecer a complexidade do processo de urbanização na região” (TRINDADE JR, 2010, p. 119).

De forma a finalizar este capítulo, segundo Costa e Scarlato (2019), observa-se que o trabalho de campo é fundamental para racionalizar criticamente o território. Para os autores, a análise da paisagem produzida, ou do território configurado, é uma prática singular da disciplina geográfica que permite enxergar à realidade a luz dos métodos. Toda a empiria observada em campo foi traduzida a luz do conceito de análise do território usado e possibilitou desvendar muitas das contradições de classe observadas nas comunidades ribeirinhas visitadas.

Costa e Scarlato (2019) dizem que “a armadilha que pode capturar o geógrafo no campo está na atração mais cartesiana e menos relativa do espaço”. Nessa passagem, os autores lembram que “o espaço definido é o geográfico, meio e fim, o núcleo duro da investigação disciplinar da multiplicidade de interações sociedade-natureza, produtora das ações e objetos que qualificam lugares”.

Por fim, observa-se que o todo complexo em que se tece a trama de relações complementares e conflitantes (Milton Santos) nas comunidades marajoaras citadas, alude para a compreensão de um território usado que resulta nessas paisagens que produziram o descaso e a invisibilidade socioeconômica. O papel do Estado demonstra uma insuficiência em atender as demandas da população ribeirinha e os coloca em condição de extrema vulnerabilidade, em extrema insegurança, fadando-os à exploração perversa globalitarista. É preciso reinserir estes povos num processo de desenvolvimento social e econômico que dialogue com as atuais restrições extrativistas. É preciso fornecer-lhes acesso à saúde e à educação escolar, todos têm esse direito independentemente das especificidades territoriais. Ou isso, ou continuará a barbárie, a pobreza e a invisibilidade destes povos ribeirinhos.

No próximo e último capítulo a questão do trabalho será o carro-chefe das reflexões. Os usos do território serão reveladores para um entendimento integral mais aprofundado da atual situação de vulnerabilidade social das comunidades ribeirinhas em questão.

CAPÍTULO III – TRABALHO, EMPREGO E RENDA: TECNOESFERA, PSICOESFERA E USOS DO TERRITÓRIO

3.1 – EXTRAÇÃO MADEIREIRA E CONFIGURAÇÃO TERRITORIAL

A extração madeireira (figura 20) é considerada o principal fator de modificação do território analisado, pois se configura como uma ação hegemônica que se adequa, imperativamente, a um tipo de modernização desigual ao território. Em diálogo com Milton Santos, podemos dizer que é a tecnoesfera representando o mundo dos objetos por meio das técnicas de derrubada e escoamento de madeira, e é, também, a psicoesfera agindo de forma preponderante ao configurar as mentes que modificam as imposições do presente associadas ao espírito de uma época.

Área de extração madeireira de Magebras desativada e abandonada



Figura 20 – Serraria Magebras abandonada. Fonte: Acervo do NEAz - UnB, Vivência Amazônica 2019.

De acordo com Santos (2006, p. 172), ao passo que se instala uma tecnoesfera dependente da ciência e da tecnologia, paralelamente, cria-se com as mesmas bases uma psicoesfera. Para o autor, a tecnoesfera se adequa aos mandamentos da produção e da troca, concretizando interesses distantes a partir do momento em que se instala e substitui o meio

natural ou técnico que a antecedeu; assim, se estabelece num local filiando-se ao lugar como uma prótese. O autor prossegue dizendo que a psicoesfera também faz parte desse meio ambiente ao abastecer regras à racionalidade ou instigar o imaginário – exemplo: o *marketing* e a propaganda, que nascem vinculados à explicação do consumo exacerbado e configura a cabeça das pessoas a certa avidez pelo consumo. Para o autor, tecnoesfera e psicoesfera são locais, todavia constituem o resultado duma sociedade bem mais abrangente que o lugar.

Como visto anteriormente, a oportunidade de emprego advinda da extração madeireira, que teve seu auge entre as décadas de 1970 e 1990, modificou profundamente o território, pois se produziram usos do território historicamente construídos pelas formas geográficas herdadas. As rugosidades deste processo resultaram nas paisagens atualmente visíveis, quais sejam: toras de madeira deixadas para trás pelas madeiras e serrarias abandonadas (figuras 20 e 21), comunidades ribeirinhas – instaladas em decorrência das oportunidades de emprego oriundas das serrarias – desassistidas de acesso à educação, a saúde e a novas oportunidades de emprego, e, por fim, de comunidades repletas de vulnerabilidades, seja pelas dificuldades de locomoção, visto as estivas (pontes de madeira) estarem quebradas (figuras 22 e 23) – bem como as pontes de embarque e desembarque da comunidade –, seja pela susceptibilidade a processos de exploração criminosa da força de trabalho em que os ribeirinhos das comunidades Intel I, II e Magebras atualmente perpassam.

De acordo com Gonçalves et al. (2016, p. 119), a madeira representa uma atividade econômica que se destaca na história de Breves, e que tem se perpetuado até os dias atuais como uma das principais produções do município. Segundo os autores, entre as décadas de 1970 e 1980, época que marca a chegada das grandes madeiras, Breves atuou como um dos maiores produtores de madeira em tora do estado do Pará. Para os autores, a condensação no setor madeireiro somada ao baixo nível de beneficiamento – fenômeno que se repete com outros produtos de base extrativista – debilita economicamente o município, ao mesmo passo que beneficiam os setores oligárquicos que exploram os recursos das várzeas e a força de trabalho de populações ribeirinhas há décadas.

“Vivemos num mundo em que a lei do valor mundializado comanda a produção total, por meio das produções e das técnicas dominantes, aquelas que utilizam esse trabalho científico universal previsto por Marx. A base de todas essas produções, também ela, é universal, e sua realização depende doravante de um mercado mundial” (SANTOS, 1988, p. 6).

Estruturas técnicas de uma Serraria desativada – Comunidade Magebras



Figura 21 - Serraria desativada em Magebras. Fonte: Acervo do NEAz - UnB, Vivência Amazônica 2019.

Segundo Santos (1988, p. 7), quando a ciência é cooptada por uma tecnologia cujos propósitos são mais econômicos que sociais, ela se torna subordinada aos interesses da produção e dos produtores hegemônicos, é o abandono a toda índole de servir a sociedade. Para o autor, trata-se de um saber operacionalizado, em que a metodologia substitui o método.

De acordo com Santos (1988, p. 17) o mundo insere-se articulado em subespaços organizados dentro de uma racionalidade global. Para o autor, não se pode mais falar de circuitos regionais de produção, pois devido a crescente especialização regional, com os diversos fluxos de variados tipos, intensidades e direções, tem-se que falar de circuitos espaciais da produção. O autor diz que estes circuitos seriam as múltiplas fases pelas quais passaria um produto, desde o início do processo de produção até o consumo final.

Nas comunidades analisadas, viu-se certa estiagem da força de permanência das atividades extrativistas, em decorrência de ações jurídico-políticas; ações estas que estão em disputa e que podem cair ou se transformar através de mudanças ou relaxamentos de normas.

Pontes quebradas e estreitas dificultando a locomoção dos ribeirinhos na Vila Intel II



Figura 22 – Pontes (estivas) quebradas ou soltas. Fonte: Acervo do NEAz - UnB, Vivência Amazônica 2019.



Figura 23 – Cinegrafista pertencente ao grupo de professores e estudantes da UnB se equilibrando nas pontes (estivas) quebradas e/ou soltas. Fonte: Acervo do NEAz - UnB, Vivência Amazônica 2019.

“Com a vasta cobertura vegetal da região do Marajó, particularmente na região dos Furos de Breves, o comércio de madeira cresceu exponencialmente com as exportações de espécies abundantes como virola, andiroba, maçaranduba, cupiúba, entre outras de menor expressão comercial” (GONÇALVES, 2016, p. 135).

Segundo Gonçalves et al. (2016, p. 120), o município de Breves se configura como cidade polo na mesorregião do Marajó, destacando-se como um relevante produtor de madeira e, em menor proporção, palmito e açaí. Consoante observação dos autores há uma grande queda da extração vegetal do palmito, em detrimento de um crescimento, ainda que singelo, do açaí. Segundo entrevista com um ex-prefeito de Breves realizada por Gonçalves et al., essa inversão é devida a projetos de manejo com açaizais, ocorridos no início dos anos 2000:

"Ainda existe extração de palmito. Existem algumas fábricas ainda. São fábricas clandestinas, mas que o ribeirão faz debaixo do açaizal. Porque hoje o ribeirão já aprendeu a fazer o manejo, manejo sustentável do açaí. Porque fazendo o manejo sustentável você tem o palmito e tem também o açaí" (GONÇALVES et al., 2016, p. 121).

Segundo Gonçalves et al. (2016, p. 121), é difícil calcular a real produtividade, tanto do açaí, pela dificuldade de quantificá-lo produtivamente, quanto do palmito, pela ilegalidade da produção. Segundo vereador de Breves (em 2016) entrevistado por Gonçalves et al.:

"Dentro das próprias reservas, nós ainda temos a extração ilegal do palmito, que é uma coisa que a gente, infelizmente, tem. Se você sair hoje daqui de (Breves), você só vai chegar no (Mapuá) amanhã. (...) Isso você vai tá ali pelo meio, pra chegar até o final, imagina a dimensão de um lugar desses. As pessoas ainda têm essa cultura e também ainda têm essa questão de não fazer a denúncia. “Não, eu não quero denunciar meu vizinho pra não entrar conflito”. Mas as pessoas mudaram muito na questão da mentalidade extração do palmito pelo manejo do açaizal" (GONÇALVES et al., 2016, p. 121).

De acordo com Gonçalves et al. (2016, p. 121), ainda que haja declínio nos últimos anos, a madeira vendida em tora ainda é considerada a principal atividade econômica de Breves. Para os autores, essa queda se deve, sobretudo, ao fechamento das grandes empresas que se fixaram no município entre as décadas de 1970 e 1980, ápice da exploração madeireira no Marajó, que passou a declinar a partir dos anos 1990. Prosseguem os autores dizendo que, atualmente (em 2016), ainda permanecem algumas empresas como a Madenorte, Magebras, Mainardi, Robco.

Por fim, para Gonçalves et al. (2016, p. 122), registra-se que a Madenorte, por exemplo, foi fechada há cerca de dois anos, “e dela só resta hoje um patrimônio em instalações e equipamentos que exige vigilância permanente para evitar depredação” (GONÇALVES et al., 2016, p. 122). Segundos os autores, a Robco, empresa de grande porte, também encerrou suas atividades; esta empresa brasileira era gerida por norte-americanos em

quatro gerações desde 1893 e atuava em Breves há 25 anos, paralisando suas atividades em 2009. A crise financeira de 2008 também é reconhecida como um dos principais fatores de declínio no setor, não somente em Breves, como em toda a mesorregião, segundo os autores.

Não restam dúvidas quanto ao poder de transformação espacial decorrente do advento das empresas madeireiras no território marajoara analisado. Percebeu-se que, contraditoriamente, a partir da perspectiva de emprego e de qualidade de vida dos moradores, o período das empresas era melhor para a comunidade. O que se quer dizer aqui é que, mesmo que a atividade extrativista seja de considerável degradação ao meio ambiente – do ponto de vista da preservação da natureza – era ela que proporcionava emprego e renda à população.

Essa contradição direciona ao que Maria Adélia de Souza (2019, p. 12) diz quanto à adoção da assimilação do que se entende por resíduos do passado, significa também dizer que a produção ou controle das paisagens são genuínos transformadores do espaço da vida humana, isto é, do território. Por isso, a autora defende que para haver o desvendamento do conceito de rugosidades, deve-se levar em consideração que “no domínio das relações entre técnica e espaço, uma primeira realidade a não esquecer é a da propagação desigual das técnicas” (Milton Santos, 2006), cuja disseminação e implantação alavancam um processo de seletividade no território.

Outro ponto que evidencia certo saudosismo dos moradores das comunidades perante o período das empresas de serraria, diz respeito às estivas, que são altamente necessárias ao cotidiano ribeirinho. Sem estas, popularmente chamadas de pontes, não é possível caminhar por entre a vizinhança e nem atracar embarcações.

Segundo relato dos moradores, as empresas madeireiras auxiliavam nessa questão, fornecendo madeira e possibilitando a instalação das pontes nas comunidades. Era do interesse do empresariado madeireiro que os ribeirinhos tivessem demandas básicas atendidas, afinal, a força de trabalho utilizada pelas empresas vinha dos indivíduos que residiam nestas comunidades e é por isso que as empresas atuavam em prol dos moradores nesse quesito. As estivas precisam de manutenção frequente, pois as madeiras que dão forma às pontes apodrecem ao longo do tempo (figura 24). Na situação em que se encontram, oferecem forte perigo aos moradores, visto que o risco de cair, ou pisar em falso, é alto. Caminhar à noite por ali também é muito complicado.

Reconstrução e manutenção de estivas e pontes na comunidade ribeirinha Intel I



Figura 24 – Reconstrução de estivas em Intel I. Fonte: Acervo do NEAz - UnB, Vivência Amazônica 2019.

Santos (1988, p. 18-19), diz que a Geografia tende a ser, gradualmente, a ciência dos lugares criados ou reformados para suprir a determinadas funções, mesmo que o modo como os humanos se introduzam nessa configuração territorial seja embrincado à história do presente. Se os lugares podem, esquematicamente, permanecer os mesmos, as situações mudam; a história confere funções diferentes ao mesmo lugar. Conforme o autor, o lugar é um complexo de objetos que têm autonomia de existência pelas coisas que o formam – ruas, edifícios, empresas, eletrificação, calçamentos –, mas que não têm autonomia de significação, pois cotidianamente novas funções substituem as antigas, elas se impõem e se exercem.

A história do presente impõe essa realidade de serrarias abandonadas, de direitos sociais mínimos, de fontes de emprego e renda escassas, de pontes quebradas, ou seja, de completa invisibilidade. Resta saber quais serão as novas funções nos territórios das comunidades em questão, resta construir novas alternativas para esses ribeirinhos. No subcapítulo seguinte serão abordados mais alguns desafios enfrentados por eles.

3.2 – USOS DO TERRITÓRIO: PESCA, AGRICULTURA E PECUÁRIA

“Em muitos dos países, chamados atrasados, onde o processo de modernização foi tardio, as gerações se sucederam transmitindo umas às outras modos de vida baseados em atividades produtivas, relações de trabalho e formas de consumo cujo fundamento era buscado na sua própria história. Mesmo quando uma parte da produção era exportada e uma parcela do consumo importada, isso se dava sem alterações fundamentais ou substanciais nos mecanismos sociais. Na maioria desses países, só há poucos decênios começa a se instalar uma civilização técnica, trazendo consequências de peso quanto à significação do território como um todo e de cada uma de suas partes cidades regiões, zonas produtivas. Aliás, o impacto da atual revolução científica e técnica e da globalização é mais expressivo naqueles países cuja inserção estrutural no movimento da economia internacional se deu mais recentemente” (SANTOS, 2006, p. 168).

Essa citação de Milton Santos reflete características da história e do povo do Brasil, pois, por aqui, a industrialização foi tardia e impactou com voracidade o território brasileiro. Em Marajó, com o fim das atividades madeireiras, o caminho natural foi o de buscar alternativas econômicas advindas da floresta. A pesca, por ser uma prática natural a povos ribeirinhos, é uma expressão disso que Milton Santos chama por transmissão geracional de modos de vida. Assim, de acordo a empiria observada nas comunidades localizadas nas vilas Intel (I e II) e Magebras, a pesca se evidenciou como principal atividade econômica e de subsistência das comunidades visitadas. Porém, quanto à produção agrícola e à pecuária, foram detectadas algumas especificidades.

A fim de realizar um apanhado histórico, visita-se Carvalho et al. (2019, p. 5), que dizem que em meio ao discurso de desenvolvimento da Amazônia, impetrado pelo governo ditatorial militar, favoreceu-se o desflorestamento e a consolidação da grande propriedade e desfavoreceu-se os povos da floresta que historicamente habitavam a Amazônia. Para os autores, Marajó não fugiu a essa realidade e a concentração fundiária de terras proporcionou o surgimento de novos proprietários. Estes eram, em sua maioria, empresas de origem nacional e estrangeira que, em decorrência do poderio capital e territorial, definiam novas regras e novos mecanismos de coerção da força de trabalho das populações locais.

Consoante Carvalho et al. (2019, p. 5), o reflexo desses novos circuitos espaciais na região marajoara se expressa por meio da massificação da exportação de produtos primários, intensificando-se a extração de palmito, de açaí e de madeira. Para os autores, embora haja, com expressão muito menor, a criação de Projetos de Assentamento Extrativista (PAE) e RESEX – que através da política agrária brasileira reconhecem os direitos territoriais das populações tradicionais em contextos amazônicos –, a apropriação de territórios por parte de empresas (e às vezes até por empreendimentos do Estado) é preponderante.

Dialogando com essa perspectiva de “desenvolvimento” da Amazônia, se observa, mais uma vez, a nuance coercitiva e hegemônica do Estado brasileiro que, sob o comando dos regimes ditatoriais militares, impetrou um modelo de desenvolvimento desconexo às especificidades territoriais da floresta amazônica e ao modo de vida dos povos da floresta. Essa decisão política do Estado Militar modificou profundamente o território amazônico.

“A década dos anos 2000 é significativa para apontar os movimentos sociais como protagonistas pelo reconhecimento dos territórios tradicionais no Marajó. O envolvimento de lideranças locais junto a atores institucionais ligados ao tema (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), Superintendência do Patrimônio da União (SPU) e INCRA), produziram no âmbito dos “Encontros sobre Manejo Florestal Comunitário do Estuário do Rio Amazonas” reivindicações e proposições ao processo de ordenamento territorial no Marajó” (CARVALHO et al., 2019, p. 5).

Segundo Carvalho et al. (2019, p. 5) as questões discutidas nestes encontros visavam o alcance do reconhecimento fundiário embasado no controle social local. Conforme os autores, a estratégia utilizada para influenciar na gestão das ações de ordenamento territorial se deve a criação do Fórum do Estuário do Rio Amazonas (FAE), entidade representativa constituída por lideranças comunitárias, sindicatos rurais do Marajó, Federação de Trabalhadores na Agricultura e órgãos ambientais e fundiários. “Este instrumento social deveria conduzir as propostas de uma política fundiária especial para as populações tradicionais, com princípios de sustentabilidade e conservação das florestas” (CARVALHO et al., 2019, p. 5).

De acordo com Carvalho et al. (2019, p. 6), as reivindicações por um reordenamento territorial que privilegie os povos da floresta, são fruto da compreensão de que o ordenamento territorial resultante da tomada de terras pelos portugueses provocou fortes alterações na região do Marajó, que, como visto, foi totalmente dividida em Sesmarias. Para os autores, remonta deste período histórico a origem dos latifúndios no Marajó e o início das agudas alterações socioeconômicas baseadas na pecuária em áreas de campos naturais e no extrativismo em áreas de floresta.

Ainda em diálogo com Carvalho et al. (2019), a distribuição populacional nas ilhas – formando pequenos povoados nas margens dos rios e igarapés – foi intensificada no período gomífero do século XIX; nesse período, sob o jugo da força de trabalho escravizada de africanos e indígenas, determinou-se o sistema econômico da época. Para os autores, intensificou-se a concentração fundiária nesse período, sobretudo, nas áreas de florestas onde se encontravam os seringais.

Já no século XX, após o declínio da produção de borracha, duas atividades econômicas se destacam: a pecuária bubalina e o arroz cultivado nas várzeas. Segundo Souza (2007, p. 17-18): “com a crise da economia da borracha os fazendeiros, outrora envolvidos com exploração do látex, voltaram novamente suas atenções para a pecuária, com destaque para a criação bubalina”. De acordo com Gonçalves et al (2016, p. 119):

“o arroz foi um dos expoentes na década de 1950 (...) eram cultivadas cerca de cinco toneladas por hectare, no sistema plantado em linha, bem manejado. Já no sistema de lanço, simples, chegava a uma tonelada, uma tonelada e meia”.

Atualmente, de acordo com Gonçalves (2016, p. 123), os aspectos gerais da paisagem característica da cultura ribeirinha amazônica são direcionados a um arranjo espacial que canaliza sua produção para a subtração de madeiras de várzea, para o extrativismo do açaí (sobretudo para o provimento do mercado doméstico e subsistência) e para outras ações comerciais de menor densidade – porém de valor essencial para o formato de vida ribeirinho. Para os autores, evidenciam-se como atividades fundamentais: a pesca, o plantio de maniva – e seu subsequente processamento em farinha e tucupi –, a caça para subsistência, e outros diversos cultivos e modos de manejar a floresta. Abaixo se pode observar um anúncio de venda de farinha (figura 25) na Vila Intel II, Breves – PA.

Venda de Farinha em casa pertencente à Vila Intel II



Figura 25 - Venda de Farinha em casa pertencente à Vila Intel II. Fonte: Acervo do NEAZ - UnB, Vivência Amazônica 2019.

Voltando ao enfoque territorial marajoara, Gonçalves et al. (2016, p. 120), dizem que a base da economia do município de Breves, historicamente, advém do extrativismo florestal, voraz concentrador de capital e de baixíssimo nível de beneficiamento de produtos aos ribeirinhos; isto significa dizer que pouco ou nada das técnicas produzidas a partir das madeiras da região fica para os povos locais. Os autores também dizem que as várzeas são o centro da economia de Breves, sendo, o ambiente, ilustre responsável pelos principais produtos econômicos da região.

Segundo Rovaine Ribeiro (2014, p. 36), ao longo da região marajoara, no concernente aos diversos municípios da região, as comunidades caracterizam-se por um estilo de vida fundamentado numa disposição espacial a partir de núcleos familiares que, na maioria das vezes, se resumem a sítios posicionados no entorno de núcleos urbanos tradicionais. A autora diz que esses núcleos habitacionais obtêm, predominantemente, atividades de horticultura ou manejo de plantas, de caça, de pesca e de variáveis economias de subsistência (figura 26).

Estrutura utilizada para cultivo de horticultura e manivas de mandioca ao fundo



Figura 26 - Estrutura utilizada para cultivo de horticultura e manivas de mandioca ao fundo. Fonte: NEAz - UnB, Vivência Amazônica 2019.

Conforme Ribeiro (2014, p. 39-40), a atividade extrativista de frutos da floresta protagonizada pelo açaí, onde a Ilha de Marajó é uma das fortes produtoras do estado paraense, também é outra marca dessa relação íntima com a natureza (ver figura 27). A autora afirma que essas características, unidas ao clima quente equatorial úmido, revelam práticas cotidianas no arranjo do território usado, que, como já dito, é moldado pela forte relação humana com a natureza, marcando a diversidade do que é conveniente chamar de urbano na Amazônia.

Paisagem típica de comunidades ribeirinhas marajoaras com açazal ao fundo



Figura 27 - Aglomerado urbano-ribeirinho avistado no trajeto entre as Vilas Intel e Magebras. Fonte: NEAz - UnB, Vivência Amazônica 2019.

Dialogando com o protagonismo do açaí, segundo Carvalho e Silva (2015), o interesse econômico por este fruto tem se destacado atualmente, sobretudo, por famílias locais que, motivadas pela possibilidade imediata de retorno financeiro, praticam a atividade de extração. Para os autores, a relação com elementos técnico-produtivos tem proporcionado mudanças nas lógicas produtivas que se replicam no sistema de extrativismo peculiar da região. Os autores dizem que, de forma a se antever a possível escassez de espécies vegetais “rentáveis” no meio natural, introduz-se elementos técnicos nos sistemas produtivos, como, por exemplo, o manejo florestal, amparado por assistência técnica e crédito agrícola.

Porém, indo na contramão dos estudos relatados por Carvalho e Silva (2015), esclarece-se que a assistência técnica para agricultura, bem como o crédito agrícola, são programas de governo inexistentes nas comunidades ribeirinhas Intel I, Intel II e Magebras. Segundo visita de campo e relato dos moradores das comunidades ribeirinhas citadas, não havia nenhum tipo de apoio institucional direcionado para a agricultura. Os moradores destas vilas eram completamente desabastecidos de qualquer tipo de projeto técnico-econômico-social voltado para a agricultura ou para o manejo florestal.

Segundo relato dos moradores, a produção de subsistência se resumia a pequenos plantios de maniva de mandioca e ao cultivo de açaí. Inclusive, era comum avistar bandeiras vermelhas, que indicavam que havia açaí para vender naquela comunidade, ao navegar pelo rio. Nas vilas visitadas, não foi possível avistar tal bandeira, muito menos mensurar a importância da economia do açaizeiro para tais comunidades. Assim, visto a vulnerabilidade econômica observada, depreende-se que a extração do açaí, por ali, era mais voltada para a subsistência dos ribeirinhos (figura 28).

Açaizal ao fundo de moradias da Vila Intel I



Figura 28 - Açaizal ao fundo de moradias da Vila Intel I. Fonte: NEAz - UnB, Vivência Amazônica 2019.

De forma resumida, a economia da região se voltava à pesca, principal fonte de renda segundo os próprios ribeirinhos a que se teve acesso. Porém, segundo relato de um professor da UFPA – Breves, que guiou nossa visita, as baixas condições de energia elétrica para refrigeração dos pescados, bem como o acesso dificultoso a barras de gelo (localizados no centro de Breves), fazia com que os pescadores sofressem com a intermediação de atravessadores. Isso resultava na venda dos peixes muito abaixo do preço de mercado, prejudicando a capacidade de acesso à renda dos moradores.

Os ribeirinhos relatavam que a desativação das empresas madeireiras os deixara em situação de completa vulnerabilidade e que não havia apoio do governo para a adoção de técnicas agropecuárias. Restou a eles a subsistência e a oscilante fonte de renda resultante da pesca e do açáí. Essa situação os torna completamente dependentes de ações afirmativas de transferência de renda, ponto principal a ser abordado no seguinte subcapítulo.

Aqui vale resgatar Santos (2006, p. 169), que diz que há medida que cada produção requer necessidades peculiares, o aperfeiçoamento do capital age de forma a criar possibilidades materiais sempre mais rígidas para o exercício do trabalho. O autor afirma que:

“Essa rigidez tanto se manifesta pela existência de novas técnicas convergentes, como pelas formas de trabalho que esse meio técnico renovado acarreta. Fala-se muito em flexibilidade e flexibilização como aspectos maiores da produção e do trabalho atuais, mas o que se dá, na verdade, é a ampliação da demanda de rigidez. Pode-se, mesmo, dizer, sem risco de produzir um paradoxo, que a fluidez somente se alcança através da produção de mais capital fixo, isto é, de mais rigidez”.

Assim, se evidencia mais uma forte característica de vulnerabilidade social das comunidades ribeirinhas visitadas. Desvela-se a inoperância do Estado frente a possibilidades de uso do território, pois este nega seu papel político-institucional no que concerne a criação de alternativas de desenvolvimento para os ribeirinhos em questão.

Como visto anteriormente, o Estado moderno exerce seu poder sob o comando político de quem o detém – e quem o detém atualmente demonstra não estar preocupado com estes povos ribeirinhos. Assim, vê-se outra face deste projeto político segregacionista e ineficaz, a face da anarquia dos usos do território, no qual os ribeirinhos simplesmente devem se virar como puderem. Que burlam as medidas de contenção ao desflorestamento, que sofram as consequências econômicas e sociais advindas da pesca informal e desvalorizadora – visto a ação dos atravessadores como uma espécie de “pseudo-estado” e a não regularização trabalhista destes pescadores. Resta-lhes, portanto, a dependência a ações afirmativas que proporcionem à transferência de renda, assunto principal do próximo subcapítulo.

3.3 – VULNERABILIDADE SOCIOECONÔMICA E PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA

De acordo com Milton Santos (2006, p. 5), o que se vive atualmente foi extensivamente preparado ao longo do tempo, caracterizando o fato de que o processo de internacionalização não data de hoje. Para o autor, o projeto de mundializar as relações econômicas, sociais e políticas, tem início a partir do avanço territorial das fronteiras do comércio no começo do século XVI. Prossegue o autor dizendo que o processo de mundialização alastra-se por saltos ao longo dos séculos de expansão capitalista para “finalmente ganhar corpo no momento em que uma nova revolução científica e técnica se impõe e em que as formas de vida no Planeta sofrem uma repentina transformação” (SANTOS, 2006, p. 5).

“A universalização do mundo pode ser constatada nos fatos. Universalização da produção, incluindo a produção agrícola, dos processos produtivos e do marketing. Universalização das trocas, universalização do capital e de seu mercado, universalização da mercadoria, dos preços e do dinheiro como mercadoria-padrão, universalização das finanças e das dívidas, universalização do modelo de utilização dos recursos por meio de uma universalização relacional das técnicas, universalização do trabalho, isto é, do mercado do trabalho e do trabalho improdutivo, universalização do ambiente das firmas e das economias, universalização dos gostos, do consumo, da alimentação. Universalização da cultura e dos modelos de vida social, universalização de uma racionalidade a serviço do capital erigida em moralidade igualmente universalizada, universalidade de uma ideologia mercantil concebida do exterior, universalização do espaço, universalização da sociedade tornada mundial e do homem ameaçado por uma alienação total” (SANTOS, 2006, p. 5-6).

Nesse mesmo sentido, Samira Peduti Kahil (2010, p. 477) afirma que o *mundo* é um complexo de acontecimentos entrelaçados por um amontoado de eventos e uma também heterogênea vida de relações, é um grupamento de possibilidades do acontecer. Para a autora, essas possibilidades reais, histórica e geograficamente irrealizadas, se tornam realizadas por meio da ação e dos eventos que se realizam nos lugares como singularidades inerentes ao mundo (figura 29, marcante singularidade ribeirinha).

De acordo com Carmo, Fernandes e Medeiros (2020, p. 28), ao refletir-se acerca de um ponto de vista socioeconômico no qual o capitalismo maléfico propicia o desenvolvimento desigual, posto que privilegie o acúmulo de capital em detrimento da natureza e da exploração de trabalhadores no mundo, os autores agarram-se à ideia de que esse suposto desenvolvimento é viabilizado pela extração de riquezas (bens naturais mercadorizados) e pela pulverização da desigualdade social, que, historicamente, se perpetua

numa estrutura territorial e econômica arraigada ao poder local, devoto do mercado internacional.

De acordo com Ramos Filho (2013), o desenvolvimento do capital monopolista sobre a floresta amazônica configura o aprofundamento das desigualdades socioeconômicas, que reserva a massa de trabalhadores situações de exploração profunda. Para o autor, o formato de economia praticado na Amazônia marajoara é repleto de mecanismos de controle dos trabalhadores que, ideologicamente, visam eliminar os padrões societários que divergem do modelo de desenvolvimento da economia de mercado.

Paisagem ribeirinha típica com açaizal e palmeiras ao fundo



Figura 29 – Casa ribeirinha, rio, açaizal e palmeiras ao fundo. Fonte: Acervo do NEAZ - UnB, Vivência Amazônica 2019.

Para Carmo, Fernandes e Medeiros (2020, p. 28-29), seguindo o raciocínio anterior, é por intermédio da exploração e do controle exercido pelo modelo capitalista exportador que se fere a dignidade do trabalho. Para o autor, a Amazônia Marajoara entra nessa dinâmica socialmente degradante por meio de ciclos econômicos conhecidos, como, por exemplo, o da borracha, o do arroz e o das madeiras, de forma a cumprir função estratégica na divisão internacional do trabalho. Concluem os autores afirmando que são consequências da

integração ao mercado nacional e internacional os problemas de desestruturação territorial (os autores utilizam o termo socioambiental) e de reprodução social desigual do trabalho.

Segundo Gonçalves et al. (2016, p. 123), a título de comparação com um passado próximo, “importa considerar que o auge da extração madeireira, entre as décadas de 1970 e 1980, não representou uma melhor condição de vida para a população marajoara, tampouco uma redistribuição mais equitativa de renda” (figura 30). O que ocorreu, na verdade, caminha por outro viés, pois, conforme os autores, a fixação das grandes empresas realçou as relações de trabalho não assalariadas. Para os autores, isso se confirma a partir da observação do sistema de “aviamento” ou “meia”, que é um tipo de venda de mercadoria a prazo, cujo pagamento será feito em produtos extrativos dentro de um tempo determinado (MCGRATH, 1999 apud GONÇALVES et al, 2016), a partir de acordo entre grandes empresas e oligarquias locais.

Paisagem que demonstra certa precariedade da estrutura técnica das pontes em Intel II



Figura 30 - Pontes/Estivas precárias na Vila Intel II e embarcação típica da região. Fonte: Acervo do NEAz - UnB, Vivência Amazônica 2019.

De acordo com Gonçalves et al. (2016, p. 134), a principal característica deste sistema, na região estudada, se deve ao forte controle sobre a classe trabalhadora, que vende sua força

de trabalho e recebe, como pagamento, mercadorias manufaturadas. Para os autores, que destacam que a produção dos trabalhadores nunca atingia o valor gasto em mercadorias para manter suas famílias, o endividamento era a regra e obrigava os trabalhadores a liquidar suas dívidas entregando sua terra, seu sítio, sua posse.

Segundo Alves et al. (2020, p. 410-411), a área urbanizada do município de Breves se constituiu em função da atividade madeireira. Para os autores, essa atividade, que foi intensificada a partir da década de 1950, devido, principalmente, ao início das atividades da empresa Breves Industrial S.A. (BISA), ocupava relevante área da vanguarda da cidade. Porém, conforme os autores, hoje em dia são raros os ribeirinhos que ainda persistem em viver de seu próprio sustento, mediante a pesca artesanal do peixe e do camarão, da agricultura familiar de subsistência, da pecuária (em pequena proporção), do comércio e da extração e do provimento de madeira, que continua sendo retirada da floresta de forma rudimentar pelas populações nativas (SILVA, 2008), nas pequenas fábricas que resistiram e resistem às desautorizações impostas pelo IBAMA, no que diz respeito ao desmatamento de áreas verdes da região (figura 31).

Conforme depoimento de ex-prefeito de Breves, concedido a Gonçalves et al. (2016):

"Na época eu achava um absurdo navios carregados de madeira de tora saindo daqui, sem agregar valor aqui mesmo. E hoje a gente tá pagando o preço. Se não fossem esses programas sociais do governo, eu estaria passando mais fome do que passo. Esta que é a verdade" (GONÇAVES et al., 2016, p.119).

Segundo Gonçalves et al. (2016), as florestas de várzea, em vez de serem classificadas como bens “naturais”, algo dado ou pré-existente, deveriam ser entendidas “como processo cultural de um grupo que tem nas terras alagadiças seus recursos materiais e simbólicos” (GONÇALVES, 2016, p. 139). Para os autores, essa compreensão, isto é, a forma pelo qual o grupo interage e percebe seu ambiente, é de acentuada importância para as formulações de políticas públicas orientadas para as áreas de várzea, principalmente às de regularização fundiária, além do combate às vulnerabilidades sociais. Por fim, os autores afirmam que há uma dívida histórica a ser paga pelo Estado brasileiro a essas populações que vivem há séculos nas várzeas de Marajó.

A paisagem que explicita desigualdades socioterritoriais e vulnerabilidades socioeconômicas está arraigada a singularidades espaciais do qual foram gestadas. As formas geográficas herdadas remontam todo o processo de dominação iniciado pela ocupação europeia sobre terras marajoaras. Os ordenamentos territoriais decorrentes das invasões e das

sesmarias, bem como os períodos econômicos vivenciados, moldaram os usos do território historicamente produzidos, lembrando o território usado como expressão concreta do espaço geográfico (SOUZA, 2019).

Serraria avistada ao longo do trajeto entre as comunidades e o centro de Breves - PA



Figura 31 - Serraria entre Intel I e Breves. Fonte: Acervo do NEAz - UnB, Vivência Amazônica 2019.

Segundo os moradores das comunidades analisadas, o descaso social e econômico ao qual estão inseridos é desanimador. Devido a uma aparente inércia do Estado, a motivação principal dessa situação de desassistência parece ter sido ocasionada pela falta de vontade política concernente ao governo federal atualmente empossado (Governo Bolsonaro). A necessidade de ações afirmativas advindas do programa Bolsa Família é uma prova concreta da falta de inclusão socioeconômica aos ribeirinhos das comunidades de Magebras, Intel I e Intel II.

Segundo o depoimento de alguns ribeirinhos, obteve-se uma percepção empírica acerca das dificuldades de acesso a ações afirmativas de transferência de renda. Os relatos diziam que, atualmente, estão tendo que escolher entre um ou outro programa de transferência de renda, isto é, além do programa Bolsa Família, os pescadores têm direito ao Seguro Defeso

Pescador Artesanal, que é um programa social que visa cobrir o período pelo qual a pesca é proibida em decorrência da piracema – período de reprodução dos peixes.

Os relatos contavam que, ao solicitar o seguro pescador, automaticamente, cortavam-se os benefícios oriundos do Bolsa Família, ou seja, para conseguir o máximo de renda possível, alguns ribeirinhos rejeitavam o seguro pescador para continuar recebendo o Bolsa Família; pois, segundo eles, financeiramente, o Bolsa Família pagava um pouco mais, algo em torno de cem a duzentos reais a mais, a depender da composição ou do tamanho da família.

Essa situação é preocupante, pois estes programas são um direito dos povos ribeirinhos e possuem finalidades completamente diferentes. Adotar a estratégia de negar a condição de pescador para não perderem o benefício advindo do Bolsa Família demonstra o quanto eles têm que se desdobrar para sobreviver. Não restam dúvidas de que existe a dependência destes programas para que não passem necessidades básicas.

Falta uma sensibilidade social ou coletiva no Brasil, e mesmo na América Latina como um todo, por parte das classes políticas e das classes hegemônicas, para reconhecer que o país se reproduz (econômica e culturalmente) a partir de um histórico controle territorial e formação social de opostos dialéticos ou complementares, ou seja, a vulnerabilidade dos grupos sociais segregados é, paradoxalmente, condição existencial dos grupos hegemônicos, atirando no empobrecimento: negros, indígenas e mestiços nos mais diversos territórios (COSTA, 2016). Nesse sentido, o “estado” da saúde, da mobilidade e do emprego na região estudada, depende, sim, de uma atuação efetiva e estatal favorável aos grupos sociais vulnerabilizados pelos, já tradicionais, usos excludentes do território, o que se verifica também na Amazônia brasileira.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao trabalhar as temáticas que envolvem o território da grande Ilha de Marajó, adentrou-se num processo de revisão do processo formativo desse território. A importância do maior arquipélago fluviomarinho do mundo remete à grandiosidade do território brasileiro, que, sob o comando colonizador de Portugal, adentrou a maior floresta tropical do mundo e remodelou profundamente o que hoje em dia é o próprio Brasil. Esse processo não foi pacífico e custou a morte de incontáveis nativos indígenas, bem como, ao longo do tempo, se utilizou da força de trabalho africana escravizada. Essas questões devem ser, sempre, lembradas, pois parece que a sociedade tem curta memória sobre os danos socioespaciais das escolhas políticas do passado, e que impacta o território marajoara, especificamente.

Como foi apresentado ao longo deste trabalho, o território marajoara passou por diversas transformações que, de fato, demonstram que as atividades madeireiras foram as principais propulsoras da economia local. A paisagem foi consideravelmente modificada, no qual o crescimento de comunidades ribeirinhas e o desflorestamento inerente às serrarias se fizeram presentes. Entretanto, este processo gerou severas contradições sociais, no qual a total dependência econômica dos povos ribeirinhos às madeireiras acarretou numa situação de total vulnerabilidade socioeconômica perante o fim das atividades madeireiras. A partir deste último acontecimento, desvelou-se a inércia do Estado (Governo Federal) e do Governo paraense perante os povos ribeirinhos da floresta.

Infelizmente, ao longo do esmiuçar da problemática central deste estudo, percebeu-se que essa omissão tende a ser, na verdade, um projeto político-econômico das grandes empresas, frente aos ditos “bens naturais” da floresta. Identificou-se que em Marajó há expressões singulares de cidades, onde, no recorte territorial analisado, o projeto econômico ainda é o do extrativismo. Essa afirmação advém do fato de que desde os anos 1990, marco do declínio das atividades madeireiras, nenhum tipo de planejamento territorial foi feito em benefício das comunidades ribeirinhas de Magebras, Intel I e II, restando-lhes a extração madeireira ilegal, a pesca ou a migração.

É alarmante observar que as crianças e jovens marajoaras, das comunidades estudadas, não tem acesso à educação escolar plena. É preocupante constatar que não existem projetos estatais que visem fornecer a aprendizagem de técnicas agrícolas. Será que o mero repasse de uma quantia financeira mínima exime o Estado de qualquer outra responsabilidade frente às comunidades ribeirinhas? Sabe-se que não e, por isso, reivindicam-se mudanças, exige-se um

projeto de inclusão socioeconômico aos povos destas comunidades, reclama-se por acesso à educação escolar.

Outro ponto inquietante sobrevém do descaso com o acesso à saúde. O único posto de saúde da região está em péssimas condições, suas estruturas internas são insuficientes, os equipamentos médicos são arcaicos, os projetos de atenção à saúde são inexistentes. A falta de médicos, enfermeiros, psicólogos e assistentes sociais causa espanto e a falta de pronto socorro médico de emergência é estarrecedora, pois depender de uma ambulância fluvial que demora ao menos duas horas para transportar pacientes à região central de Breves expõe sérios problemas de atenção à saúde nas comunidades observadas.

A compreensão do espaço geográfico, do espaço banal, possibilitou considerar todos os elementos que envolvem a tessitura dos usos do território analisado, bem como as relações existentes entre eles, as relações que dão forma aos fenômenos. Sendo assim, o território usado marajoara das comunidades de Magebras, Intel I e Intel II é resultado de um movimento catalisado por distintos agentes, atores e instituições internas e externas que lá exercem sua força ou poder. Esse espaço de todas as dimensões, espaço de vida do ser humano, produz o uso do território analisado que, dialeticamente, envolve tanto as forças econômicas exógenas ao lugar e o poder político de agir – ou aparentemente se omitir –, quanto às ações unas, do indivíduo/comunidade, que resultam na paisagem produzida e contradições socioterritoriais.

Aplicar estes ensinamentos únicos à ciência geográfica sobre uma experiência vivida proporcionou-me perceber claramente o papel da Geografia no alcance de um desenvolvimento social civilizatório. Diagnosticar e pensar soluções às contradições sociais expressadas no território amazônico são um dever da universidade brasileira comprometida com o apontamento de caminhos que viabilizem a superação de uma dívida histórica acumulada ao longo de cinco séculos. Lutar contra as forças hegemônicas que imperam sobre o território brasileiro, evoca o papel protagonista do pensamento filosófico-geográfico sobre o território usado proposto pela Geografia Renovada de Milton Santos, Maria Adélia de Souza e seus seguidores.

REFERÊNCIAS

- AB'SABER, Aziz. N. **Amazônia: do discurso à práxis**. São Paulo: Edusp, 2004.
- ALVARADO-SIZZO, Iliá; COSTA, Everaldo Batista da. **Situación geográfica turística en la era urbana y devenir campo-ciudad en América Latina**. Investigaciones Geográficas, n. 99, 31 jul. 2019. Disponível em: [<http://www.investigacionesgeograficas.unam.mx/index.php/rig/article/view/59792>]. Acesso em: 06 nov. 2020.
- ALVES, Odair A; DA SILVA, Christian N; REIS, João Francisco G; CAETANO, Vivianne N. S. **Desterritorialização produtiva e mudanças em Marajó: arrecadação, desemprego e violência na cidade de Breves (Pará-Brasil)**. Oikos: Família e Sociedade em Debate, [S. l.], v. 31, n. 2, p. 406 - 427, 2020. DOI: 10.31423/oikos.v31i2.8788. Disponível em: [<https://periodicos.ufv.br/oikos/article/view/8788>]. Acesso em: 20 out. 2020.
- BARBOSA, Getúlio V; RENNO, Ceres V; FRANCO, Eliana M. S. **Geomorfologia da folha SB.22: Belém**. Rio de Janeiro: DNPM, 1974. (Projeto Radam, v. 5). Min. de Minas e Energia & Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ. Disponível em: [http://web.antaq.gov.br/portaltv3/EVTEAs/CDP_VilaConde/Proj_Radam_Vol_5_FolhaAS_22_Belem.pdf]. Acesso em: 07 nov. 2020.
- BARBOSA, Maria José S; EID, Farid; SANTOS, Maria Antonieta R. **Relatório Analítico do Território do Marajó**. Belém: em informe técnico Universidade Federal do Pará (UFPA), 2012. Disponível em: [<http://sit.mda.gov.br/download/ra/ra129.pdf>]. Acesso em: 08 nov. 2020.
- BECKER, Bertha K.. **Geopolítica da Amazônia**. Estud. av. [online]. 2005, vol.19, n.53, pp.71-86. ISSN 1806-9592. Conferência do Mês do Instituto de Estudos Avançados da USP, 2005. Disponível em: [<https://doi.org/10.1590/S0103-40142005000100005>]. Acesso em: 15 out. 2020.
- CARDOSO, Fernando Henrique; MÜLLER, Geraldo. **Amazônia: expansão do capitalismo**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. 168 p. ISBN: 978-85-99662-73-1. Disponível em: [<https://static.scielo.org/scielobooks/mnx6g/pdf/cardoso-9788599662731.pdf>]. Acesso em: 07 Nov. 2020.
- CARMO, Eunapio D; FERNANDES, Maria Vitória C; MEDEIROS, Nilza S. **Precarização, sofrimentos e memórias dos trabalhadores das madeiras no Marajó: a quem interessa(va) o silêncio?** Revista Espirales (n. 5, vol. 2, p. 27-46, outubro de 2020) – Foz do Iguaçu, PR. Universidade Federal da Integração Latino-americana. 183 páginas. ISSN 2594-9721. Disponível em: [<https://revistas.unila.edu.br/espirales/index>]. Acesso em: 25 out. 2020.
- CARVALHO, João Paulo L; CRUZ, Benedito Ely V; CALVI, Miquéias Freitas. **POLÍTICA AGRÁRIA E O ORDENAMENTO TERRITORIAL NO MARAJÓ – PARÁ**. Mercator, Fortaleza, v. 18, 2019. ISSN 1984-2201. Disponível em: [<http://www.mercator.ufc.br/mercator/article/view/e18013>]. Acesso em: 02 nov. 2020.

- CARVALHO, João Paulo L; SILVA, Luís Mauro S. **Lógicas agroextrativistas em contexto de mudanças socioeconômicas no Arquipélago do Marajó (Pará), Amazônia.** Revista Brasileira de Agroecologia, [S.l.], v. 10, n. 1, nov. 2015. ISSN 1980-9735. Disponível em: [\[http://revistas.aba-agroecologia.org.br/index.php/rbagroecologia/article/view/15760\]](http://revistas.aba-agroecologia.org.br/index.php/rbagroecologia/article/view/15760). Acesso em: 20 nov. de 2020.
- CORRÊA, Roberto Lobato. **Estudos sobre a rede urbana.** – 2ª ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2015. 332p.
- COSTA, Everaldo Batista da. **Totalidade urbana e totalidade-mundo. As cidades coloniais barrocas face à patrimonialização global.** 2011. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011. doi:10.11606/T.8.2011.tde-14032011-104656. Acesso em: 22 out. 2020.
- COSTA, Everaldo. B.; STEINKE, Valdir. A. **Riscos ao patrimônio mundial motor de desenvolvimento: desígnios à cultura e à natureza.** Revista do Departamento de Geografia, [S. l.], v. 25, p. 200-230, 2013. DOI: 10.7154/RDG.2013.0025.0011. Disponível em: [\[http://www.revistas.usp.br/rdg/article/view/75181\]](http://www.revistas.usp.br/rdg/article/view/75181). Acesso em: 26 nov. 2020.
- COSTA, Everaldo B. **Utopismos patrimoniais pela América Latina: resistências à colonialidade do poder.** Actas XIV Colóquio Internacional de Geocrítica. 1-32. Barcelona, Espanha, 2016. Disponível em: [\[http://www.ub.edu/geocrit/xiv_everaldocosta.pdf\]](http://www.ub.edu/geocrit/xiv_everaldocosta.pdf). Acesso em: 29 nov. 2020.
- COSTA, Everaldo B. da; SCARLATO, Francisco C. **Geografia, método e singularidades revisadas no empírico.** GEOUSP Espaço e Tempo (Online), [S. l.], v. 23, n. 3, p. 640-661, 2019. DOI: 10.11606/issn.2179-0892.geousp.2019.161552. Acesso em: 26 nov. 2020.
- COSTA, Everaldo Batista da. **Patrimonio-territorial y territorio de excepción en América Latina [conceptos y praxis decolonial en el continuum de crisis].** Revista Geográfica Venezolana, 62(1), aceptado para publicación, 2020. Acesso em: 26 nov. 2020.
- COSTA, Wanderley Messias da. **Geografia Política e Geopolítica: Discursos sobre o Território e o Poder.** São Paulo: HUCITEC – Editora da Universidade de São Paulo, 1992.
- FERREIRA, J. **O Pará e seus municípios.** Belém: Semear; Rede Celpa, 2003.
- GONÇALVES, Amanda Cristina Oliveira. et al. Marajó. In: ALVES, Fábio (org.). **A função socioambiental do patrimônio da União na Amazônia.** 5c. Brasília: RC IPEA, 2016. p. 107-198. Disponível em: [\[http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/9677\]](http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/9677). Acesso em: 06 nov. 2020.
- IBGE. **Amazônia Legal.** 2019. Disponível em: [\[https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/estrutura-territorial/15819-amazonia-legal.html?=&t=acesso-ao-produto\]](https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/estrutura-territorial/15819-amazonia-legal.html?=&t=acesso-ao-produto). Acesso em: 08 nov. 2020.

- KAHIL, Samira Peduti. **Psicoesfera: uso corporativo da esfera técnica do território e o novo espírito do capitalismo**. Sociedade & Natureza, v. 22, n. 3, 18 mar. 2011. Disponível em: [\[http://www.seer.ufu.br/index.php/sociedadennatureza/article/view/11332\]](http://www.seer.ufu.br/index.php/sociedadennatureza/article/view/11332). Acesso em: 20 out. 2020.
- LEITE, Serafim. **História da Companhia de Jesus no Brasil: Norte 1: fundações e entradas. Séculos XVII e XVIII**. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro; Lisboa: Livraria Portugalia, 1943a. t. 3.
- LOUREIRO, João de Jesus Paes. **Cultura Amazônica: uma poética do imaginário**. - 4. ed. - Belém, PA: Cultura Brasil, 2015. 424p. ISBN: 978-85-65965-35-4.
- LUZ, Luziane Mesquita da. et al. **Atlas Geográfico Escolar do Estado do Pará**. 1. ed. - Belém: GAPTA/UFPA, 2013. 64 p. ISBN: 978-85-63117-11-3 Disponível em: [\[https://livroaberto.ufpa.br/jspui/bitstream/prefix/127/1/Livro_AtlasGeograficoEscolar.pdf\]](https://livroaberto.ufpa.br/jspui/bitstream/prefix/127/1/Livro_AtlasGeograficoEscolar.pdf). Acesso em: 07 nov. 2020.
- MCGRATH, David Gibbs. **Parceiros no crime: o regatão e a resistência cabocla na Amazônia tradicional**. Novos Cadernos NAEA, Belém, v. 2, n. 2, p. 57-72, 1999. Disponível em: [\[http://www.periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/109/163\]](http://www.periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/109/163). Acesso em: 20 nov. 2012.
- OLIVEIRA, João Pacheco de. O caboclo e o brabo: notas sobre duas modalidades de força-de-trabalho na expansão da fronteira amazônica no século XIX. In: SILVEIRA, E. (Org). **Encontros com a civilização brasileira**. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1979. v. 11. p. 101-140.
- OLIVEIRA, Rafael Fabricio de. **Patrimônio cultural: contribuição da teoria da Geografia a partir de Milton Santos**. PatryTer, v. 3, n. 6, p. 281 - 296, 1 set. 2020. Disponível em: [\[https://periodicos.unb.br/index.php/patryter/article/view/32273\]](https://periodicos.unb.br/index.php/patryter/article/view/32273). Acesso em: 28 nov. 2020.
- PACHECO, Agenor Sarraf. A conquista do ocidente marajoara: índios, portugueses e religiosos em reinvenções históricas. In: SACHAAN, D. P.; MARTINS, C. P. (Org.). **Muito além dos campos: arqueologia e história na Amazônia Marajoara**. Belém: GKNoronha, 2010. Disponível em: [\[http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/PubDivArq_MuitoAlemCampos_m.pdf\]](http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/PubDivArq_MuitoAlemCampos_m.pdf). Acesso em: 09 nov. 2020.
- PDTSAM. **Plano de Desenvolvimento Territorial Sustentável para o Arquipélago do Marajó**. Brasília: Casa Civil da Presidência da República, 2007. Disponível em: [\[http://antigo.sudam.gov.br/conteudo/menus/retratil/planos-desenvolvimento/plano-de-desenvolvimento-territorial-marajo-2017.pdf\]](http://antigo.sudam.gov.br/conteudo/menus/retratil/planos-desenvolvimento/plano-de-desenvolvimento-territorial-marajo-2017.pdf). Acesso em: 08 nov. 2020.
- PEREIRA, José Varella. **Atualidade de Antônio Vieira na Amazônia: uma controvérsia do século XVI para reanimar o século XXI**. Belém: Revista Asas da Palavra, v. 10, n. 23, 2007. Disponível em: [\[http://revistas.unama.br/index.php/asasdapalavra/article/view/1999/1140\]](http://revistas.unama.br/index.php/asasdapalavra/article/view/1999/1140). Acesso em: 10 nov. 2020.
- RIBEIRO, Rovaine. **A política de habitação de interesse social e a dimensão urbana em municípios da Amazônia/Pará** – (Tese de Doutorado USP), São Paulo, 2014.

Disponível na biblioteca da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) do programa de pós-graduação em Geografia Humana da USP e publicado pela Revista Confins (Revista franco-brasileira de geografia). Disponível em: [https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-15072015-134752/publico/2014_RovaineRibeiro_VOrig.pdf]. Acesso em: 14 out. 2020.

RODRIGUES, Edmilson Brito. **Território e Soberania na Globalização: Amazônia, Jardim de Águas Sedento** – (Tese de Doutorado USP), São Paulo, 2010. Disponível na biblioteca da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) do programa de pós-graduação em Geografia Humana da USP e publicado pela Revista Confins (Revista franco-brasileira de geografia). Disponível em: [https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-22112010-164131/publico/2010_EdmilsonBritoRodrigues.pdf]. Acesso em: 14 out. 2020.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do Espaço Habitado: fundamentos Teórico e metodológico da geografia**. São Paulo: Hucitec, 1988.

SANTOS, Milton. **O papel ativo da Geografia: um manifesto**. XII Encontro Nacional de Geógrafos. Florianópolis. Julho de 2000. Disponível em: [<http://miltonsantos.com.br/site/de-milton-santos/>]. Acesso em: 15 set. 2020.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal** - 6ª ed. – Rio de Janeiro: Record, 2001.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção** – 4ª ed. 2. reimpr. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SANTOS, Milton. **O Espaço do Cidadão** – 7ª ed. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007.

SANTOS, Milton. **Por uma geografia nova: Da crítica da Geografia a uma Geografia Crítica**. – 6. ed., 2. Reimpr. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

SCHAAN, Denise Pahl.; MARTINS, Cristiane. P.; PORTAL, Vera L. M. Patrimônio arqueológico do Marajó dos Campos. In: SCHAAN, D. P.; MARTINS, C. P. (Org.) **Muito além dos campos: arqueologia e história na Amazônia marajoara**. Belém: GKNoronha, 2010. Disponível em: [http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/PubDivArq_MuitoAlemCampos_m.pdf]. Acesso em: 09 nov. 2020.

SILVA, Christian Nunes da. **Ocupação humana e modo de vida na Amazônia**. Revista Vivência, Natal: UFRN/CCHLA, 2008.

SOUZA, Armando Lírio de. Evolução do sistema agrário da mesorregião do Marajó: uma perspectiva sócio-histórica. In: **CONGRESSO BRASILEIRO DE SISTEMAS**, 3, 2007, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: UFSC, out. 2007. Disponível em: [http://issbrasil.usp.br/artigos/tcms_4.pdf]. Acesso em: 19 nov. 2020.

SOUZA, Maria Adélia Aparecida de. **Território usado, rugosidades e patrimônio cultural: ensaio geográfico sobre o espaço banal**. PatryTer – Revista Latinoamericana e Caribenha de Geografia e Humanidades, v. 2, n. 4, 1 out. 2019. 1-17. Disponível em: [<https://doi.org/10.26512/patryter.v2i4.26485>]. Acesso em: 12 set. 2020.

- SOUZA, Maria Adélia Aparecida de. **Meio ambiente e desenvolvimento sustentável. As metáforas do capitalismo.** Revista Cronos, v. 10, n. 2, 17 jan. 2009. Disponível em: [<https://periodicos.ufrn.br/cronos/article/view/3289>]. Acesso em: 06 nov. 2020.
- TRINDADE JÚNIOR., Saint-Clair Cordeiro da. **Cidades e Centralidades na Amazônia: dos diferentes ordenamentos territoriais ao processo de urbanização difusa.** Revista Cidades, v. 12, n. 21, 2015. Dossiê: Urbanização Difusa e Cidade Dispersa. Disponível em: [<https://revista.fct.unesp.br/index.php/revistacidades/article/view/4872>]. Acesso em: 06 nov. 2020.
- TRINDADE JÚNIOR., Saint-Clair Cordeiro da. **Cidades na floresta: os "grandes objetos" como expressões do meio técnico-científico informacional no espaço amazônico.** Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, [S. l.], n. 51, p. 113-150, 2010. DOI: 10.11606/issn.2316-901X.v0i51p113-150. Disponível em: [<https://www.revistas.usp.br/rieb/article/view/34662>]. Acesso em: 20 nov. 2020.
- VIEIRA, Antonio. **Carta do P. Antonio Vieira da Companhia de Jesus.** 1. ed. Lisboa Occidental: Na Officina da Congregação do Oratorio, 1735. Volume 2. Disponível em: [<https://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/18065>]. Acesso em: 10 nov. 2020.